



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

*1º TRIMESTRE 2014*



## **COMPOSIÇÃO**

### **CONSELHEIROS**

Adriene Barbosa de Faria Andrade - Presidente

Sebastião Helvécio Ramos de Castro - Vice-Presidente

Cláudio Couto Terrão - Corregedor

Wanderley Geraldo de Ávila

Mauri José Torres Duarte - Ouvidor

José Alves Viana

Gilberto Pinto Monteiro Diniz

### **CONSELHEIROS SUBSTITUTOS**

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

Hamilton Antônio Coelho

## **MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS**

Glaydson Santo Soprani Massaria - Procurador-Geral

Daniel de Carvalho Guimarães - Subprocurador-Geral

Maria Cecília Mendes Borges

Sara Meinberg Schmith de Andrade Duarte

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Elke Andrade Soares de Moura Silva

Cristina Andrade Melo

# **CORPO DELIBERATIVO**

## **COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL PLENO**

Adriene Barbosa de Faria Andrade - Presidente  
Sebastião Helvécio Ramos de Castro - Vice-Presidente  
Cláudio Couto Terrão - Corregedor  
Wanderley Geraldo de Ávila  
Mauri José Torres Duarte - Ouvidor  
José Alves Viana  
Gilberto Pinto Monteiro Diniz

As reuniões do Tribunal Pleno ocorrem nas quartas-feiras, às 14h.

## **COMPOSIÇÃO DA PRIMEIRA CÂMARA**

Sebastião Helvécio Ramos de Castro - Presidente  
Wanderley Geraldo de Ávila  
José Alves Viana  
Hamilton Antônio Coelho

As reuniões da Primeira Câmara ocorrem nas terças-feiras, às 14h30min.

## **COMPOSIÇÃO DA SEGUNDA CÂMARA**

Cláudio Couto Terrão - Presidente  
Mauri José Torres Duarte  
Gilberto Pinto Monteiro Diniz  
Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

As reuniões da Segunda Câmara ocorrem nas quintas-feiras, às 10h.

## APRESENTAÇÃO

Atendendo ao disposto no inciso IX do art. 4º da Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais apresenta o relatório das atividades desenvolvidas no 1º trimestre de 2014, para fins do disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

Em cumprimento à sua missão constitucional e tendo como referência os objetivos estabelecidos no Plano estratégico 2010-2014, o Tribunal de Contas está desenvolvendo ações e projetos visando ao aprimoramento do controle externo.

Em prol da sociedade está trabalhando na melhoria contínua de seus resultados, otimizando procedimentos, melhorando seus processos internos, potencializando o uso das ferramentas da tecnologia da informação para garantir maior celeridade e eficiência na prestação de seus serviços.

Entre as ações realizadas no decorrer do trimestre, merece destacar a atuação preventiva e concomitante do Tribunal na análise dos editais de licitação referentes à Copa 2014, bem como na concessão de liminares para a suspensão de 26 (vinte e seis) procedimentos licitatórios em razão de irregularidades identificadas.

Cumprir destacar, também, o início da vigência da Instrução Normativa nº 06/2013, a partir de 01/01/2014, que estabeleceu a obrigatoriedade da remessa de informações, documentos e imagens relativos a licitação, a contrato e a execução de obras e serviços de engenharia realizados por órgãos e entidades submetidos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais por meio do Sistema Informatizado de Acompanhamento de Obras e Serviços de Engenharia (Geo-Obras).

O Tribunal de Contas atuou, também, no aperfeiçoamento da gestão pública. Para tanto, promoveu, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional de seus servidores e a difusão do conhecimento aos seus jurisdicionados.

Entre as ações de capacitação realizadas no trimestre merece registrar a II Conferência de Controle Externo, que é um evento de capacitação do Tribunal de Contas voltado a servidores estaduais e municipais para um rico debate sobre temas relacionados ao controle externo e aos desafios da governança.

Durante a Conferência foi realizado o I Fórum de Governança, diálogo com o gestor sobre os desafios e oportunidades da Governança Pública atual. Cerca de 600 (seiscentos) gestores municipais e estaduais participaram do evento realizado em parceria entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Contas da União.

Enfim, cumpre registrar que as ações realizadas no primeiro trimestre de 2014, retratam o comprometimento do Tribunal de Contas em atuar de forma efetiva, eficaz e eficiente no exercício das funções de sua responsabilidade: exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

**Adriene Barbosa de Faria Andrade**

Presidente

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>TCEMG EM NÚMEROS .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>IDENTIDADE ORGANIZACIONAL .....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>MAPA ESTRATÉGICO .....</b>	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>JURISDIÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>5</b>	<b>AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO.....</b>	<b>16</b>
5.1	Autuação .....	16
5.2	Distribuição .....	17
5.3	Superintendência do Controle Externo .....	21
5.3.1	Diretorias Subordinadas à Superintendência do Controle Externo.....	21
5.3.1.1	Diretoria de Controle Externo dos Municípios.....	21
5.3.1.2	Diretoria de Controle Externo do Estado.....	22
5.3.1.3	Diretoria de Matérias Especiais.....	22
5.3.1.4	Diretoria de Engenharia e Perícia .....	23
5.3.1.5	Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal.....	23
5.3.2	Principais Ações Desenvolvidas pela Superintendência do Controle Externo .....	24
5.3.3	Processos Examinados pelas Diretorias de Controle Externo.....	26
5.3.4	Capacitação de Servidores.....	29
5.4	Deliberações .....	31
5.4.1	Tribunal Pleno .....	32
5.4.2	Primeira e Segunda Câmaras.....	33
5.4.3	Decisões Monocráticas.....	34
5.4.4	Deliberação em Parecer Prévio .....	36
5.4.5	Deliberação em Consulta.....	37
5.5	Resoluções e Instrução Normativa .....	39
5.6	Registro de Atos.....	40
5.7	Exame Prévio de Instrumento Convocatório.....	41
5.8	Sanções .....	42
5.9	Recursos Deliberados.....	45
5.10	Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados.....	46
5.11	Certidões.....	46
5.12	Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas .....	48
<b>6</b>	<b>PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS .....</b>	<b>49</b>
<b>7</b>	<b>AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....</b>	<b>50</b>
7.1	Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo” .....	50
7.2	Eventos Internos e Externos .....	50

<b>8</b>	<b>DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>53</b>
8.1	Portal do TCEMG na Internet .....	53
8.2	Serviços e Sistemas Informatizados.....	54
8.3	Intranet .....	56
8.4	Twitter.....	56
8.5	Facebook.....	57
8.6	Informativo de Jurisprudência .....	57
8.7	Revista do Tribunal de Contas .....	58
8.8	Biblioteca Aloyzio Alves da Costa .....	58
8.9	Central de Relacionamento com os Jurisdicionados - CRJ.....	58
<b>9</b>	<b>RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS.....</b>	<b>60</b>
<b>10</b>	<b>CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>61</b>
10.1	Atividades Desenvolvidas.....	62
10.2	Capacitação de Servidores .....	63
<b>11</b>	<b>CONTROLE SOCIAL .....</b>	<b>64</b>
11.1	Ouvidoria .....	64
<b>12</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>68</b>



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - TCEMG em Números.....	11
TABELA 2 - Jurisdicionados da Esfera Municipal.....	15
TABELA 3 - Jurisdicionados da Esfera Estadual.....	15
TABELA 4 - Processos Autuados.....	16
TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros.....	18
TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos.....	20
TABELA 7 - Ações de Controle Externo.....	24
TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM.....	26
TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE.....	27
TABELA 10 - Processos Examinados pela DME.....	28
TABELA 11 - Processos Examinados pela DEP.....	28
TABELA 12 - Processos Examinados pela DFAP.....	28
TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM.....	29
TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE.....	29
TABELA 15 - Participação em Eventos - DME.....	30
TABELA 16 - Participação em Eventos - DEP.....	30
TABELA 17 - Participação em Eventos - DFAP.....	31
TABELA 18 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno.....	32
TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras.....	33
TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática.....	35
TABELA 21 - Consultas.....	37
TABELA 22 - Resoluções.....	39
TABELA 23 - Instrução Normativa.....	39
TABELA 24 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade.....	42
TABELA 25 - Valor dos Ressarcimentos Determinados por Irregularidade.....	43
TABELA 26 - Multa.....	44
TABELA 27 - Ressarcimento ao Erário.....	44
TABELA 28 - Certidões Emitidas.....	47
TABELA 29 - Eventos Internos.....	50
TABELA 30 - Eventos Externos.....	51

TABELA 31 - Portal.....	53
TABELA 32 - Serviços e Sistemas Informatizados.....	54
TABELA 33 - Intranet.....	56
TABELA 34 - Twitter - Notícias de Maior Repercussão.....	56
TABELA 35 - Facebook - Publicações de Destaque.....	57
TABELA 36 - Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência.....	57
TABELA 37 - Atividades Relacionadas à Revista.....	58
TABELA 38 - Atividades Relacionadas à Biblioteca.....	58
TABELA 39 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente.....	58
TABELA 40 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto.....	59
TABELA 41 - Execução Orçamentária.....	60
TABELA 42 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna.....	62
TABELA 43 - Participação em Eventos - Controladoria Interna.....	63
TABELA 44 - Demandas Encaminhadas.....	66

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Processos Deliberados.....	32
GRÁFICO 2 - Deliberação em Parecer Prévio.....	36
GRÁFICO 3 - Registro de Atos.....	40
GRÁFICO 4 - Valores Notificados e Pagos - Multa e Ressarcimento ao Erário .....	44
GRÁFICO 5 - Recursos Deliberados .....	45
GRÁFICO 6 - Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados .....	46
GRÁFICO 7 - Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas .....	48
GRÁFICO 8 - Manifestações Recebidas .....	64
GRÁFICO 9 - Assuntos Ouvidoria Externa .....	65
GRÁFICO 10 - Assuntos Ouvidoria Interna .....	65
GRÁFICO 11 - Origem das Demandas.....	66
GRÁFICO 12 - Situação das Demandas .....	67
GRÁFICO 13 - Tempo Total de Resposta (em dias úteis).....	67



## 1 TCEMG EM NÚMEROS

Os principais resultados decorrentes das atividades desenvolvidas no 1º trimestre de 2014 pelo Tribunal de Contas estão sintetizados na Tabela 1.

**TABELA 1 - TCEMG em Números**

<b>Atividade</b>	<b>Quantidade</b>
Processos autuados	484
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros	2.591
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros	2.386
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	828
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	61
Processos examinados pelas Diretorias Técnicas de Controle Externo	6.044
Citações, intimações e demais comunicações	6.974
Sessões realizadas	19
Processos deliberados	5.297
Multas aplicadas	R\$ 411,9 mil
Ressarcimentos ao erário determinados	R\$ 85,5 mil
Intimações encaminhadas aos responsáveis para pagamento de multa e para ressarcimento ao erário	76
Certidões de débito encaminhadas ao Ministério Público junto ao TCEMG para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais	29
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Multa	R\$ 66,9 mil
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Ressarcimento ao erário	R\$ 6,0 mil
Registros de Atos/Títulos - Aposentadorias, Reformas e Pensões	3.795
Pareceres prévios emitidos sobre as contas prestadas pelos Prefeitos	184
Consultas respondidas	10
Editais de concursos públicos suspensos	3
Procedimentos licitatórios suspensos	26
Recursos deliberados	96
Acórdãos publicados	1.169
Notas taquigráficas emitidas	3.353

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## **2 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL**

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores, onde missão define a razão da existência; visão, a situação desejável para o futuro; os valores, a base de tudo o que se acredita como certo e adequado.

### **Missão**

Exercer o controle externo da gestão dos recursos públicos de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade.

### **Visão**

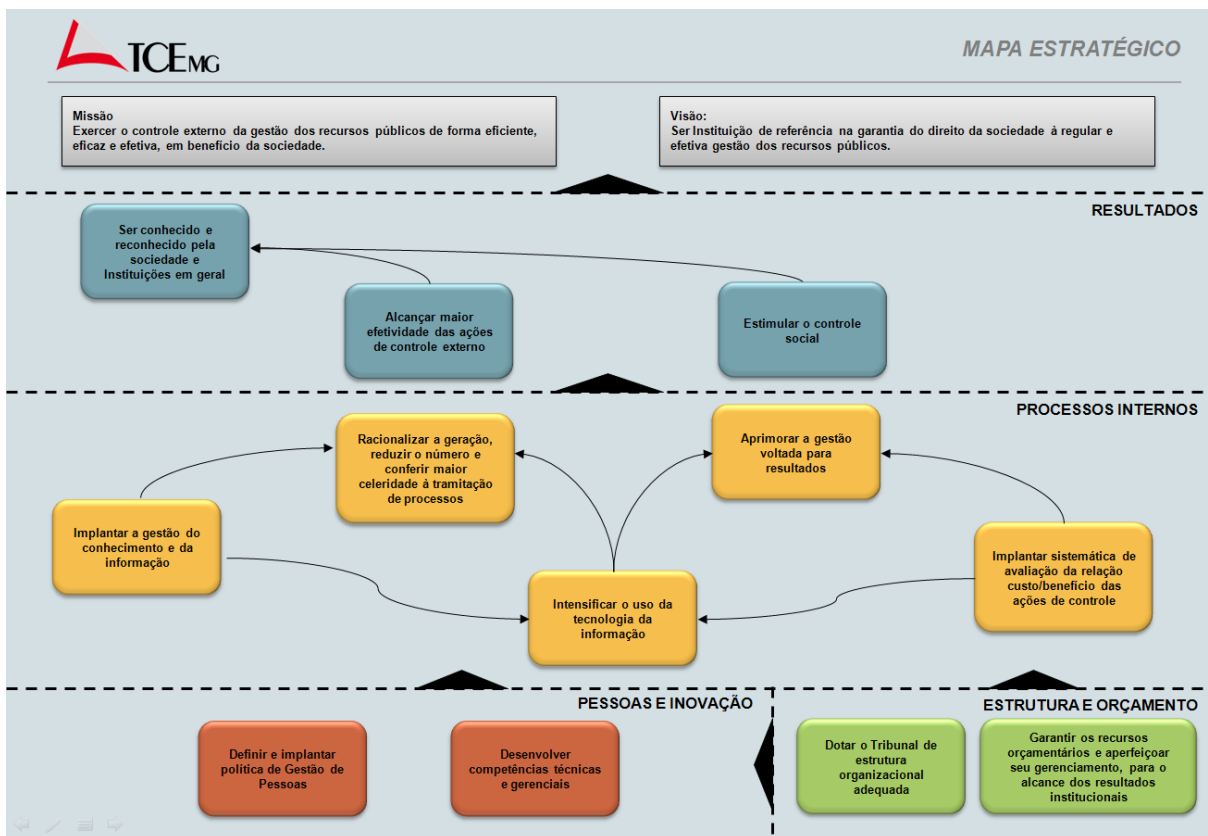
Ser instituição de referência na garantia do direito da sociedade à regular e efetiva gestão dos recursos públicos.

### **Valores**

Ética, justiça, efetividade, transparência e compromisso social.

### 3 MAPA ESTRATÉGICO

Mapa estratégico é a representação gráfica da estratégia de uma organização, por intermédio de um conjunto de objetivos balanceados em diversas perspectivas e interligados por relações de causa e efeito, associados a indicadores de resultados. Mostra como as iniciativas estratégicas e os recursos serão convertidos em resultados, proporcionando um referencial comum de fácil compreensão para os colaboradores, que passam a ter a clara percepção de como suas atividades estão ligadas aos objetivos gerais da organização, possibilitando uma atuação coordenada e integrada nos diversos níveis organizacionais.



## 4 JURISDIÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, órgão constitucional de controle externo da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, com sede na Capital, presta auxílio ao Poder Legislativo e tem jurisdição própria e privativa sobre as matérias e pessoas sujeitas à sua competência, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado de Minas Gerais e da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

Nos termos do art. 2º do Regimento Interno – Resolução nº 12, de 17 de dezembro de 2008 –, estão sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas:

I - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos estaduais ou municipais ou pelos quais responda o Estado ou o Município;

II - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que assuma, em nome do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal, obrigação de natureza pecuniária;

III - aquele que der causa à perda, extravio ou a outra irregularidade de que resultem dano ao erário estadual ou municipal;

IV - aquele que deva prestar contas ao Tribunal ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei;

V - o responsável pela aplicação de recurso repassado pelo Estado ou por Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere;

VI - o responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado que receba contribuições parafiscais e preste serviço de interesse público ou social;

VII - o dirigente ou liquidante de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado, de Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal;



VIII - os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do inciso XLV do art. 5º da Constituição da República.

São jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais:

**TABELA 2 - Jurisdicionados da Esfera Municipal**

<b>Órgão/Entidade</b>	<b>Quantidade</b>
Prefeituras	853
Câmaras	853
Entidades (incluindo Consórcios Públicos)	222
RPPS - Regime Próprio de Previdência Social	212
Empresas Municipais	32
<b>Total</b>	<b>2.172</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**TABELA 3 - Jurisdicionados da Esfera Estadual**

<b>Órgão/Entidade</b>	<b>Quantidade</b>
Administração Direta	42
Autarquias	19
Fundações	15
Fundos Estaduais	32
Empresas Estaduais	39
<b>Total</b>	<b>147</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 5 AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

### 5.1 Autuação

Nos termos do art. 111 do Regimento Interno, somente serão autuados os documentos, de origem interna ou externa, que exijam tramitação e instrução específica para deliberação do Tribunal, devendo, para tanto, receber numeração e ser classificados segundo as naturezas previstas em ato normativo próprio.

No 1º trimestre de 2014, foram autuados 484 (quatrocentos e oitenta e quatro) processos, como discriminado na Tabela 4.

**TABELA 4 - Processos Autuados**

(continua)

Natureza	Quantidade
Agravo	1
Aposentadoria	10
Assunto Administrativo - Ato Normativo	11
Assunto Administrativo - Câmaras	1
Assunto Administrativo - Pleno	1
Auditoria	1
Consulta	27
Contrato TCE	34
Convênio TCE	7
Denúncia	156
Edital de Concurso Público	7
Edital de Licitação	16
Embargos Declaratórios	8
Licitação TCE	38
Pedido de Reexame	24
Pedido de Rescisão	2
Prestação de Contas de Exercício	18
Prestação de Contas do Executivo Municipal	1
Processo Administrativo	1

**TABELA 4 - Processos Autuados**

(conclusão)	
Natureza	Quantidade
Recurso Administrativo	3
Recurso Ordinário	26
Representação	43
Tomada de Contas Especial	35
Tomada de Contas Extraordinária	13
<b>Total</b>	<b>484</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 5.2 Distribuição

Na distribuição dos processos, são observados os princípios da publicidade, da alternatividade e da aleatoriedade.

O parágrafo único do art. 113 do Regimento Interno dispõe que a distribuição deverá ser equânime, de forma a assegurar o equilíbrio quantitativo do volume de processos da mesma classe entre os Relatores e os membros do Ministério Público, observados os critérios estabelecidos em ato normativo próprio.

Foram distribuídos, no trimestre, 3.419 (três mil, quatrocentos e dezenove) processos aos relatores, sendo 2.591 (dois mil, quinhentos e noventa e um) entre os Conselheiros e 828 (oitocentos e vinte e oito) entre os Conselheiros Substitutos, como demonstrado nas Tabelas 5 e 6.

Também foram redistribuídos aos relatores, no trimestre, 2.447 (dois mil, quatrocentos e quarenta e sete) processos, sendo 2.386 (dois mil, trezentos e oitenta e seis) processos entre os Conselheiros e 61 (sessenta e um) entre os Conselheiros Substitutos.

**TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros**

(continua)

<b>Natureza</b>	<b>Distribuídos</b>	<b>Redistribuídos</b>	<b>Total</b>
Acompanhamento	-	1	1
Agravo	-	1	1
Aposentadoria	1.513	1.210	2.723
Apostila	-	2	2
Assunto Administrativo - Ato Normativo	11	-	11
Assunto Administrativo - Câmaras	1	96	97
Assunto Administrativo - Pleno	41	12	53
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	-	45	45
Auditoria	-	1	1
Balancete Mensal	5	100	105
Balanço	-	1	1
Consulta	27	9	36
Contrato	-	16	16
Contrato TCE	34	-	34
Convênio	-	12	12
Convênio TCE	7	-	7
Denúncia	98	44	142
Edital de Concurso Público	3	9	12
Edital de Licitação	15	1	16
Embargos Declaratórios	7	-	7
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	-	6	6
Inspeção Extraordinária	-	2	2
Inspeção Extraordinária - Licitação	-	5	5
Inspeção Ordinária	-	45	45
Inspeção Ordinária - Licitação	-	2	2
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	-	7	7
Licitação	-	1	1
Licitação TCE	38	-	38
Pedido de Auditoria	-	1	1
Pedido de Reconsideração	-	1	1
Pedido de Reexame	18	14	32
Pedido de Rescisão	2	-	2
Pensão	31	139	170

**TABELA 5 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros**

Natureza	(conclusão)		
	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	-	3	3
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Empresa Pública	-	1	1
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	1	2	3
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	-	17	17
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	2	-	2
Prestação de Contas de Contrato	-	1	1
Prestação de Contas de Convênio	-	13	13
Prestação de Contas de Exercício	13	22	35
Prestação de Contas do Executivo Municipal	1	13	14
Prestação de Contas Municipal	-	163	163
Processo Administrativo	1	193	194
Recurso Administrativo	3	-	3
Recurso de Reconsideração	-	7	7
Recurso de Revisão	-	26	26
Recurso Ordinário	26	30	56
Reforma	649	-	649
Relatório de Auditoria	-	1	1
Relatório de Avaliação Atuarial	-	1	1
Relatório de Inspeção	-	18	18
Relatório de Inspeção - Licitação	-	3	3
Representação	13	5	18
Termo Aditivo a Contrato	-	23	23
Termo Aditivo a Convênio	-	16	16
Termo de Acordo	-	1	1
Termo de Cooperação Técnica	-	2	2
Termo de Re-ratificação	-	1	1
Tomada de Contas	-	6	6
Tomada de Contas Especial	24	34	58
Tomada de Contas Extraordinária	7	1	8
<b>Total</b>	<b>2.591</b>	<b>2.386</b>	<b>4.977</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**TABELA 6 - Processos Distribuídos e Redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos**

Natureza	Distribuídos	Redistribuídos	Total
Agravo	1	-	1
Aposentadoria	480	1	481
Auditoria	1	-	1
Balancete Mensal	-	28	28
Denúncia	58	8	66
Edital de Concurso Público	4	-	4
Edital de Licitação	1	-	1
Embargos Declaratórios	1	-	1
Inspeção Extraordinária - Licitação	-	2	2
Inspeção Ordinária	-	1	1
Pedido de Auditoria	-	1	1
Pedido de Reexame	6	-	6
Pensão	10	-	10
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	-	1	1
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	-	2	2
Prestação de Contas de Convênio	-	1	1
Prestação de Contas de Exercício	5	3	8
Prestação de Contas de Ordenadores	-	1	1
Prestação de Contas Municipal	-	5	5
Processo Administrativo	-	4	4
Recurso de Reconsideração	-	1	1
Reforma	218	-	218
Representação	30	-	30
Tomada de Contas Especial	11	2	13
Tomada de Contas Extraordinária	2	-	2
<b>Total</b>	<b>828</b>	<b>61</b>	<b>889</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## **5.3 Superintendência do Controle Externo**

A Superintendência do Controle Externo tem por finalidade gerenciar a área técnico-executiva de controle externo, visando prestar apoio e assessoramento à Presidência e à Secretaria Executiva do Tribunal.

São subordinadas à Superintendência do Controle Externo:

- Diretoria de Controle Externo dos Municípios;
- Diretoria de Controle Externo do Estado;
- Diretoria de Matérias Especiais;
- Diretoria de Engenharia e Perícia;
- Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal;
- Assessoria para Desenvolvimento do Sistema de Apoio à Fiscalização Municipal - SICOM;
- Assessoria para Coordenação da Fiscalização Integrada - SURICATO;
- Comissão para Acompanhamento da Execução das Ações Referentes à Copa de 2014 e Planejamento de sua Fiscalização - FISCOPA.

### **5.3.1 Diretorias Subordinadas à Superintendência do Controle Externo**

#### **5.3.1.1 Diretoria de Controle Externo dos Municípios**

A Diretoria de Controle Externo dos Municípios tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão no âmbito municipal, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- 1ª a 9ª Coordenadorias de Fiscalização dos Municípios, que têm por finalidade executar ações de controle e exercer a fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional ou patrimonial da Administração Municipal.

### **5.3.1.2 Diretoria de Controle Externo do Estado**

A Diretoria de Controle Externo do Estado tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo, bem como fiscalizar os atos de gestão no âmbito da Administração Estadual, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado, que tem por finalidade acompanhar e analisar a gestão do Governo do Estado, em seus aspectos globais;
- 1ª a 4ª Coordenadorias de Fiscalização do Estado, que têm por finalidade executar ações de controle em suas áreas de atuação e exercer a fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial da Administração Estadual.

### **5.3.1.3 Diretoria de Matérias Especiais**

A Diretoria de Matérias Especiais tem por finalidade planejar, dirigir e orientar ações de controle externo, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídio técnico para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Análise de Editais de Licitação, que tem por finalidade realizar o exame prévio da legalidade dos editais de licitação;
- Coordenadoria de Auditoria Operacional, que tem por finalidade realizar de forma precípua auditorias operacionais no âmbito de jurisdição do Tribunal, bem como desenvolver e disseminar métodos e técnicas sobre essa modalidade de auditoria;
- Coordenadoria de Fiscalização de Projetos Financiados por Organismos Internacionais, que tem por finalidade examinar processos de empréstimos e operações de crédito externo, bem como a aplicação dos recursos deles resultantes.



#### **5.3.1.4 Diretoria de Engenharia e Perícia**

A Diretoria de Engenharia e Perícia tem por finalidade planejar, dirigir e orientar ações de controle externo, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídio técnico para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização de Concessões e Parcerias Público-Privadas, que tem por finalidade fiscalizar as concessões comuns, administrativas e patrocinadas e as parcerias público-privadas, no âmbito estadual e no municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e Perícia, que tem por finalidade promover as ações de controle externo em obras e serviços de engenharia, executados ou contratados por órgãos ou entidades sujeitos à fiscalização do Tribunal.

#### **5.3.1.5 Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal**

A Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal tem por finalidade planejar, dirigir e orientar as ações de controle externo sobre os atos de gestão de pessoal do Estado e dos Municípios, incluídos os editais de concursos públicos e de outros procedimentos de seleção de pessoal, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal, visando oferecer subsídios técnicos para as decisões do Tribunal.

Possui em sua estrutura:

- Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal Municipal, que tem por finalidade fiscalizar os atos de admissão, aposentadoria ou pensão, bem como os atos de complementação ou de cancelamento, no âmbito municipal;
- Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Pessoal Estadual, que tem por finalidade fiscalizar os atos de admissão, aposentadoria, reforma ou pensão, bem como os atos de complementação ou cancelamento na Administração Direta ou Indireta Estadual;
- Coordenadoria de Análise de Editais de Concursos Públicos, que tem por finalidade realizar o exame prévio da legalidade dos editais de concurso público.

Além dessas Coordenadorias, a Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal possui em sua estrutura uma Comissão de Apoio à Fiscalização de Atos de Pessoal.

### 5.3.2 Principais Ações Desenvolvidas pela Superintendência do Controle Externo

Entre as ações de controle externo realizadas no trimestre, destacam-se:

**TABELA 7 - Ações de Controle Externo**

(continua)

Ações
Acompanhamento, avaliação e monitoramento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e de gestão fiscal dos órgãos e poderes do Estado, exercício de 2013, visando à análise da gestão do Governo.
Elaboração do relatório sobre o acompanhamento da macrogestão do governo estadual e sobre o Balanço Geral do Estado, exercício de 2013, por intermédio dos dados disponibilizados nos sistemas informatizados do Poder Executivo e nos sites oficiais dos órgãos e entidades dos poderes da administração direta e indireta do Estado, o qual subsidiará a emissão do Parecer Prévio por parte do Tribunal de Contas, em conformidade com o art. 40 da Lei Complementar nº 102 c/c o art. 232, parágrafo único, da Resolução nº 12/2008, Regimento Interno do TCEMG.
Levantamento de dados e informações para a implementação do Banco de Dados sobre Receita e Renúncia de Receita no âmbito do Estado de Minas Gerais.
Levantamento de informações relativas à execução de despesas nos processos de aquisição de medicamentos, realizado no âmbito da SES/MG, UNIMONTES, PMMG e IPSM, para instrução complementar de procedimento de fiscalização originário da ACFI/SURICATO, no período de dezembro de 2013 a março de 2014.
Planejamento e realização de inspeções nos seguintes órgãos: Prefeituras Municipais de Belo Oriente, Carangola, Cordislândia, Divinópolis, Divisa Alegre, Ipiacu, Itaúna, Mariana, Minas Novas, Monte Carmelo, Natércia e Três Corações; Câmaras Municipais de Belo Oriente e Divinópolis; Instituto de Previdência Municipal de Piranga e de Três Corações; Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Carangola e Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa.
Verificação dos controles internos aplicados ao projeto de fortalecimento institucional para modernização da gestão fiscal do Estado de Minas Gerais, PROFORT/SEF e PROFISCO/MG, para avaliação das demonstrações financeiras apresentadas pela SEF/MG, para a análise da conformidade das aquisições e do cumprimento das cláusulas contratuais do Acordo de Empréstimo nº 2232/OC-BR.
Iniciados os trabalhos de auditoria referentes ao quarto desembolso do Contrato de Empréstimo nº 2232/OC-BR, celebrado entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, e do levantamento preliminar para auditoria dos desembolsos realizados em 2013 relativos ao componente de Assistência Técnica do Contrato de Empréstimo nº 7547-BR, firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD e o Estado de Minas Gerais.

**TABELA 7 - Ações de Controle Externo**

(continua)

Ações
Análise técnica dos planos de ação da auditoria realizada no Programa Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos - Processo nº 888.170.
Elaboração do Sumário Executivo sobre a auditoria operacional no Programa Saneamento Básico: Mais Saúde para Todos (consignado no referido documento as boas práticas, os principais problemas identificados, bem como as recomendações e determinações proferidas pelo TCEMG no respectivo processo de auditoria).
Participação em reunião no Tribunal de Contas da União com o objetivo de avaliar os aspectos positivos e negativos da Auditoria Operacional Coordenada no Ensino Médio e, ainda, com vistas a contribuir para as atividades do Planejamento da Auditoria Coordenada no tema Saúde.
Acompanhamento da Concessão Patrocinada do Metrô RMBH - Acompanhamento da licitação para concessão patrocinada, promovida pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais - SETOP, consoante a Lei Federal nº 11.079/04, para exploração dos serviços de transportes de passageiros do METRÔ BH. O valor estimado da licitação é de R\$ 15.524.247.808,90 (quinze bilhões, quinhentos e vinte e quatro milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e oito reais e noventa centavos) - preços referentes ao mês de dezembro de 2012.
Conclusão das etapas de teste e implementação definitiva do Geo-Obras - Sistema Informatizado de Acompanhamento de Obras e Serviços de Engenharia, em 01/01/2014, com apresentação aos jurisdicionados. A partir dessa data, a remessa de informações, documentos e imagens relativos a licitação, a contrato e a execução de obras e serviços de engenharia realizados por órgãos e entidades submetidos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais deverão ser encaminhados ao TCEMG por meio do Geo-Obras.
Acompanhamento das publicações dos editais de licitação referentes à Copa 2014.
Análise dos editais referentes às ações da COPA do Mundo 2014: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Concorrência nº 2014/001, Processo nº 01.012495.14.89, promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte, cujo objeto é a autorização de uso especial para instalação e exploração de engenhos de publicidade em áreas públicas do Município de Belo Horizonte, a partir da data de celebração do contrato a 13 de agosto de 2014, nos termos da Lei nº 10.772 e do Decreto Municipal nº 15.469, ambos de 28 de janeiro de 2014;</li> <li>– Pregão Eletrônico nº 001/2014, Processo nº 04-000.414/14-22, promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte, cujo objeto é a aquisição de uniformes para os voluntários e coordenadores do programa voluntariado da cidade de Belo Horizonte que irão atuar durante a Copa do Mundo FIFA 2014, nos locais de evento, em pontos turísticos da cidade de Belo Horizonte, em aeroportos, no estádio e em áreas de mobilidade;</li> <li>– Pregão Eletrônico nº 2014/012, Processo nº 01.018920.14.25, promovido pela Prefeitura de Belo Horizonte, cujo objeto é a prestação de serviços, sob demanda, de reserva, emissão, remarcação, alteração ou cancelamento e entrega de bilhetes e <i>vouchers</i> de serviços de passagens aéreas e terrestres nacionais, reserva de hospedagem na região metropolitana de Belo Horizonte, locação de veículos diversos, com motorista, para traslados locais e viagens intermunicipais e interestaduais, de passageiros e cargas.</li> </ul>

**TABELA 7 - Ações de Controle Externo**

(conclusão)

<b>Ações</b>
Acompanhamento da Parceria Público-Privada para a implantação do Sistema de Informática na Prefeitura de Belo Horizonte.
Finalização do manual técnico com orientações e recomendações para a contratação de soluções de tecnologia. Com o propósito de constituir fonte de consulta para os jurisdicionados no aprimoramento dos trabalhos licitatórios, o manual contém as principais deliberações e pareceres em Consultas do TCEMG afetas ao tema.
Desenvolvimento do Sistema Informatizado de Acompanhamento de Parcerias Público-Privadas - SIAP (em andamento).
Realização de reuniões técnicas com a SEPLAG para apresentação da projeção do envio de atos concessórios de aposentadoria e pensão para o TCEMG em 2014 (aproximadamente 30.000 atos).

Fonte: Superintendência do Controle Externo, Diretoria de Controle Externo dos Municípios, Diretoria de Controle Externo do Estado, Diretoria de Matérias Especiais, Diretoria de Engenharia e Perícia e Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal.

### 5.3.3 Processos Examinados pelas Diretorias de Controle Externo

No trimestre, foram examinados 6.044 (seis mil e quarenta e quatro) processos pelas Diretorias de Controle Externo, como registrado nas Tabelas 8, 9, 10, 11 e 12.

**TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM**

(continua)

<b>Natureza</b>	<b>Quantidade</b>
Assunto Administrativo - Câmaras	5
Auditoria	4
Denúncia	40
Edital de Licitação	2
Inspeção Extraordinária	1
Inspeção Ordinária	6
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	4
Licitação	2
Pedido de Reexame	28
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	3
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Fundação Pública	1
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	85
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	1

**TABELA 8 - Processos Examinados pela DCEM**

(conclusão)

<b>Natureza</b>	<b>Quantidade</b>
Prestação de Contas de Exercício	3
Prestação de Contas do Executivo Municipal	188
Prestação de Contas do Legislativo Municipal	522
Prestação de Contas Municipal	31
Processo Administrativo	12
Recurso de Reconsideração	3
Recurso de Revisão	2
Recurso Ordinário	5
Relatório de Inspeção	2
Representação	21
Tomada de Contas Especial	1
<b>Total</b>	<b>972</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**TABELA 9 - Processos Examinados pela DCEE**

<b>Natureza</b>	<b>Quantidade</b>
Balancete Mensal	13
Contrato	16
Convênio	2
Denúncia	8
Inspeção Extraordinária	1
Prestação de Contas de Convênio	4
Prestação de Contas de Exercício	25
Prestação de Contas de Ordenadores	2
Representação	4
Termo Aditivo a Contrato	13
Termo Aditivo a Convênio	6
Tomada de Contas Especial	90
<b>Total</b>	<b>184</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**TABELA 10 - Processos Examinados pela DME**

Natureza	Quantidade
Acompanhamento	1
Assunto Administrativo - Ato Normativo	1
Denúncia	167
Edital de Licitação	43
Embargos Declaratórios	1
Licitação	1
Recurso Ordinário	2
<b>Total</b>	<b>216</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**TABELA 11 - Processos Examinados pela DEP**

Natureza	Quantidade
Denúncia	21
Edital de Licitação	6
Embargos Declaratórios	1
Inspeção Ordinária - Licitação	1
Licitação	1
Processo Administrativo	1
Representação	5
<b>Total</b>	<b>36</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**TABELA 12 - Processos Examinados pela DFAP**

Natureza	Quantidade
Aposentadoria	3.631
Ato Retificador de Aposentadoria	1
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	1
Denúncia	14
Edital de Concurso Público	38
Embargos Declaratórios	2
Pensão	884
Reforma	54
Representação	11
<b>Total</b>	<b>4.636</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

### 5.3.4 Capacitação de Servidores

Os servidores da área técnica participaram de vários eventos, como demonstrado nas Tabelas 13, 14, 15, 16 e 17.

**TABELA 13 - Participação em Eventos - DCEM**

Eventos
Apresentação sobre o Inventário 2014, instituído pela Portaria nº 128/PRES./13
Aula Magna: “Controle dos Gastos Públicos e sua Relação com o Desenvolvimento Econômico”
Curso “Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Novo Plano de Contas”
Curso “Novas Regras de Contabilidade Pública”
Curso “Oratória: Fundamentos e Prática do Falar Bem para Grandes Auditórios”
Curso de Capacitação para utilização do SICOM
Curso de Português Oficial (EAD)
I Fórum de Governança TCEMG/TCU
II Conferência de Controle Externo do TCEMG
Palestra “Tomada de Contas Especial como Instrumento de Controle da Administração Pública”
Programa Ponto de Expressão: RDC - Regime Diferenciado de Contratações Públicas, usado nas obras de preparação para a COPA
Seminário “Alterações introduzidas na Lei Orgânica do TCEMG - Prescrição e Decadência”
Seminário “Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia - Orçamentos de Obras (Orçamento, BDI e Encargos Sociais Aplicáveis)”
Seminário “Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo - Tópicos em Direito Administrativo com ênfase no regimento do servidor público”
Seminário “Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo - Tópicos em Direito Constitucional”
Seminário “Nova Lei Anticorrupção: regulamentação, aplicação e o combate à corrupção na administração pública e iniciativa privada - Lei nº 12.846”
Seminário “Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia”

Fonte: Diretoria de Controle Externo dos Municípios - DCEM.

**TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE**

(continua)

Eventos
Apresentação do Manual de Tomada de Contas Especial - CGE
Curso “Novas Regras de Contabilidade Pública”
Curso de Auditoria
II Conferência de Controle Externo do TCEMG

**TABELA 14 - Participação em Eventos - DCEE**

(conclusão)

<b>Eventos</b>
Seminário “Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo - Tópicos em Direito Constitucional”
Seminário “Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo - Licitações”
Treinamento “Software de Gestão Estratégica: Plataforma Channel”

Fonte: Diretoria de Controle Externo do Estado - DCEE.

**TABELA 15 - Participação em Eventos - DME**

<b>Eventos</b>
Curso “Oratória: Fundamentos e Prática do Falar Bem para Grandes Auditórios”
Curso de Aperfeiçoamento de Direito
Curso de Aperfeiçoamento de Engenharia
Curso de Aperfeiçoamento em Direito Público
Curso de Auditoria em Tecnologia da Informação
Curso de Português Oficial (EAD)
Curso de PPPs: Uma Ferramenta de Transformação das Cidades
I Reunião Técnica do Instituto Rui Barbosa
II Conferência de Controle Externo do TCEMG
Seminário "Cooperação Internacional e os Tribunais de Contas Brasileiros"
Treinamento “Software de Gestão Estratégica: Plataforma Channel”
Workshop de Gestão destinado à efetiva implementação das ISSAIs (Programa 3i)

Fonte: Diretoria de Matérias Especiais - DME.

**TABELA 16 - Participação em Eventos - DEP**

<b>Eventos</b>
Apresentação sobre a Lei Complementar nº 133/2014
Ciclo de Debates sobre Relações Público-Privadas
Curso de Atualização - SGAP
Curso de Georreferenciamento
Curso de Orçamentos de Obras
Curso de Português Oficial (EAD)
Curso de Segurança da Informação em Auditorias
II Conferência de Controle Externo do TCEMG

Fonte: Diretoria de Engenharia e Perícia - DEP.



**TABELA 17 - Participação em Eventos - DFAP**

<b>Eventos</b>
Aperfeiçoamento em Direito Público Aplicado ao Controle Externo
Apresentação sobre o FISCAP
Curso "Auditoria de Folha de Pagamento no Serviço Público"
II Conferência de Controle Externo do TCEMG
Palestra do Embaixador da Alemanha no Brasil Wilfried Grolig

Fonte: Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal - DFAP.

## **5.4 Deliberações**

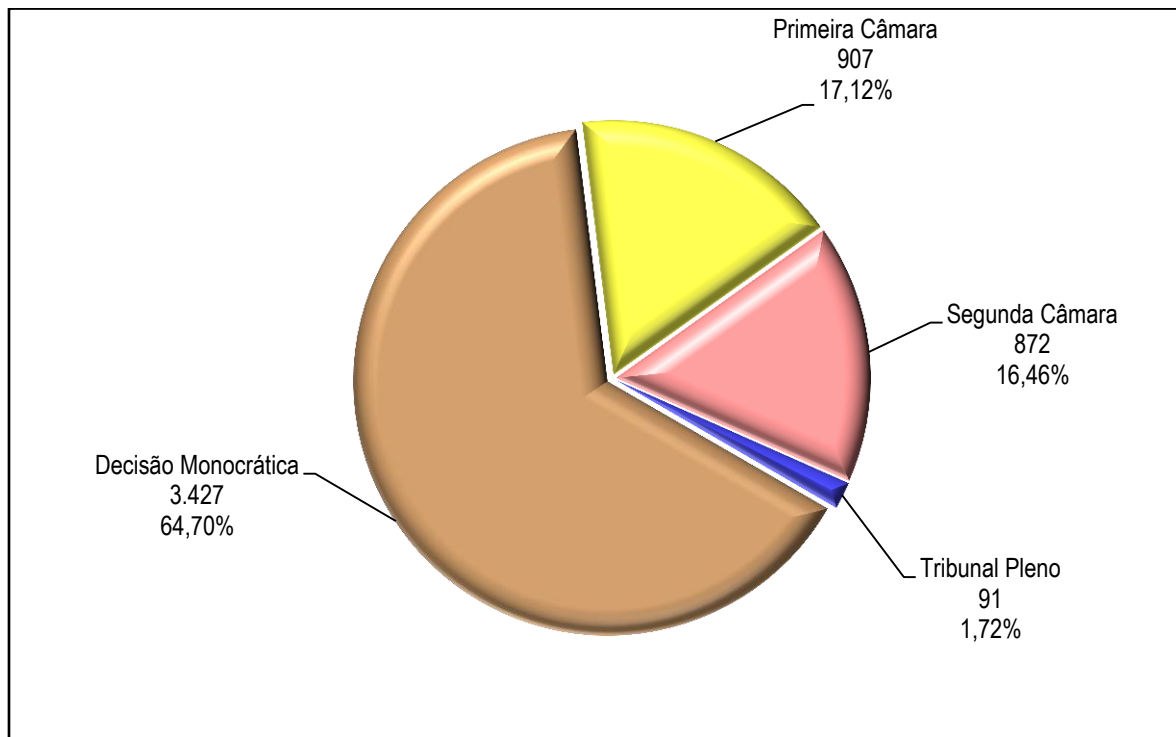
As deliberações do Tribunal de Contas têm a forma de:

- acórdão;
- parecer;
- instrução normativa;
- resolução;
- decisão normativa;
- decisão monocrática.

No trimestre foram realizadas 19 (dezenove) sessões, sendo 06 (seis) do Tribunal Pleno, 07 (sete) da Primeira Câmara e 06 (seis) da Segunda Câmara.

Foram deliberados 1.870 (um mil, oitocentos e setenta) processos nas sessões realizadas e 3.427 (três mil, quatrocentos e vinte e sete) processos por decisão monocrática, totalizando, 5.297 (cinco mil, duzentos e noventa e sete) processos deliberados no trimestre.

**GRÁFICO 1 - Processos Deliberados**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

### 5.4.1 Tribunal Pleno

**TABELA 18 - Processos Deliberados pelo Tribunal Pleno**

Natureza	Quantidade
Agravo	2
Assunto Administrativo - Ato Normativo	4
Consulta	11
Denúncia	3
Embargos Declaratórios	1
Pedido de Reexame	1
Pedido de Rescisão	1
Prestação de Contas Municipal	1
Recurso Administrativo	1
Recurso de Revisão	17
Recurso Ordinário	48
Representação	1
<b>Total</b>	<b>91</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 5.4.2 Primeira e Segunda Câmaras

**TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras**

(continua)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Aposentadoria	326	402	728
Apostila	-	1	1
Apostila Retificatória de Proventos	3	-	3
Atos de Admissão e Movimentação de Pessoal	13	2	15
Contrato	-	1	1
Convênio	2	1	3
Denúncia	48	71	119
Edital de Concurso Público	8	8	16
Edital de Licitação	2	6	8
Embargos Declaratórios	1	2	3
Inspeção Extraordinária	-	1	1
Inspeção Extraordinária - Licitação	2	-	2
Inspeção Ordinária	39	9	48
Inspeção Ordinária - Atos de Admissão	1	-	1
Inspeção Ordinária - Licitação	8	9	17
Julgamento da Legalidade dos Atos das Despesas Municipais	-	4	4
Licitação	2	2	4
Pedido de Reexame	18	4	22
Pensão	99	67	166
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Autarquias	1	-	1
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Instituto de Previdência dos Servidores	10	4	14
Prestação de Contas da Administração Indireta Municipal - Sociedade de Economia Mista	-	1	1
Prestação de Contas de Convênio	3	7	10
Prestação de Contas de Exercício	20	7	27
Prestação de Contas do Executivo Municipal	95	60	155
Prestação de Contas Municipal	39	56	95
Processo Administrativo	142	111	253

**TABELA 19 - Processos Deliberados pelas Primeira e Segunda Câmaras**

(conclusão)

Natureza	Primeira Câmara	Segunda Câmara	Total
Recurso de Reconsideração	-	1	1
Relatório de Inspeção	1	-	1
Representação	10	17	27
Retificação Termo Aditivo a Contrato	1	-	1
Termo Aditivo a Contrato	-	2	2
Termo Aditivo a Convênio	-	4	4
Tomada de Contas	1	-	1
Tomada de Contas Especial	12	12	24
<b>Total</b>	<b>907</b>	<b>872</b>	<b>1.779</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

### 5.4.3 Decisões Monocráticas

Nos termos do inciso VI do art. 200 do Regimento Interno, as deliberações do Tribunal terão a forma de decisão monocrática, quando a lei ou o Regimento Interno autorizar o Relator ou o Presidente a decidir isoladamente a questão.

No trimestre, as decisões monocráticas ocorreram nos seguintes casos:

- registro / averbação de atos - aposentadoria, reforma e pensão;
- decadência;
- prescrição;
- inadmissão de recursos;
- inadmissão de pedido de rescisão;
- inadmissão de consultas;
- consultas respondidas por teses reiteradamente adotadas;
- arquivamento por despacho.

**TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática**

(continua)

<b>Natureza</b>	<b>Quantidade</b>
Agravo	2
Aposentadoria	2.616
Assunto Administrativo - Pleno	1
Balancete Mensal	12
Balanço Geral	1
Complemento de Benefícios de Pensão	1
Complemento de Proventos de Aposentadoria	1
Consulta	29
Contrato	2
Convênio	2
Denúncia	3
Inspeção Ordinária	7
Inspeção Ordinária - Licitação	1
Licitação	1
Pedido de Auditoria	2
Pedido de Reexame	3
Pedido de Rescisão	2
Pensão	287
Prestação de Contas de Almojarifado	2
Prestação de Contas de Convênio	39
Prestação de Contas de Diária de Viagem	1
Prestação de Contas de Exercício	7
Prestação de Contas de Ordenadores	3
Prestação de Contas Municipal	320
Processo Administrativo	46
Recurso de Reconsideração	3
Recurso de Rescisão	2
Recurso de Revisão	7
Recurso Ordinário	9
Relatório de Inspeção	1
Relatório de Inspeção Extraordinária	1
Representação	4
Termo Aditivo a Contrato	3

**TABELA 20 - Processos Deliberados sob a Forma de Decisão Monocrática**

Natureza	(conclusão)	
	Quantidade	
Termo Aditivo a Convênio	3	
Tomada de Contas	2	
Tomada de Contas Especial	1	
<b>Total</b>	<b>3.427</b>	

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

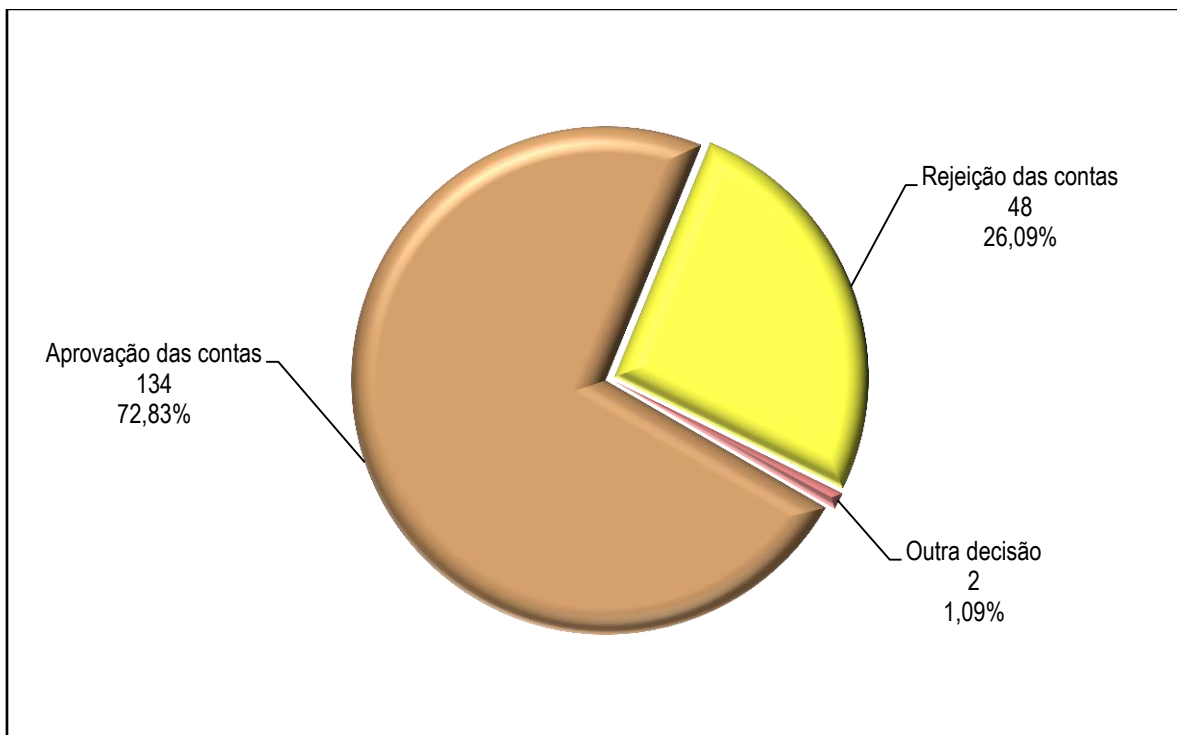
#### 5.4.4 Deliberação em Parecer Prévio

O art. 42 da Lei Complementar nº 102/2008 dispõe que compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas pelos prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio.

A emissão do parecer prévio poderá ser pela aprovação das contas, pela aprovação das contas, com ressalva, e pela rejeição das contas, nos termos do art. 45, I, II e III, da mencionada Lei.

No trimestre foram emitidos 184 (cento e oitenta e quatro) pareceres, como registrado no Gráfico 2.

**GRÁFICO 2 - Deliberação em Parecer Prévio**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

### 5.4.5 Deliberação em Consulta

O TCEMG emite parecer em consulta acerca de matéria de sua competência que tenha repercussão financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial e que não verse sobre caso concreto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno.

O parágrafo único do art. 210 do citado Regimento dispõe que o parecer emitido em consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento de tese, mas não de caso concreto, mas a orientação dada prevalecerá quando do exame do caso concreto correspondente.

No trimestre, foram submetidos ao Tribunal Pleno, para deliberação, pareceres em 10 (dez) processos de consulta, cujas indagações estão transcritas na Tabela 21.

**TABELA 21 - Consultas**

(continua)

Processo	Consulentes	Indagações
696.646, 701.526, 704.669 e 707.548	Prefeito do Município de Pará de Minas, Inácio Franco; Vereadores da Câmara Municipal de Ponte Nova; Presidente da Câmara Municipal de Cruzília, José Francisco da Silva; Prefeito do Município de Pompéu, Joaquim Higino de Souza Machado.	– É legal a celebração de convênio ou contrato de prestação de serviço entre o município e instituição financeira não integrante da administração pública sem processo licitatório?
810.914	Presidente da Câmara Municipal de Itajubá, João Vítor da Costa.	– É possível a contratação de empresa especializada através de licitação na modalidade carta convite, pelo critério de menor preço, para realização de concurso público? – Demonstrada a notória especialização de determinada empresa na realização de concursos públicos, é possível contratá-la sem licitação e pelo custo do valor total apurado nas inscrições?
838.511	Prefeita do Município de Patos de Minas, Maria Beatriz de Castro Savassi.	– É possível a utilização de recursos oriundos de arrecadação de multas por infrações de trânsito para custeio da folha de pagamento da Guarda Municipal de Trânsito?

**TABELA 21 - Consultas**

(continua)

Processo	Consultantes	Indagações
879.998	Prefeito do Município de Araguari, Marcos Coelho Carvalho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deve o Poder Executivo encaminhar proposição de projeto de Lei para que os valores reconhecidos em regular procedimento administrativo lavrados por autoridade tributária competente, cujo sujeito passivo seja o Legislativo Municipal, possam ser ressarcidos ao caixa único do Executivo Municipal?</li> <li>- Pode o Município efetuar a retenção dos valores acordados nos repasses dos duodécimos que são repassados todo dia 20 de cada mês até a liquidação da última parcela? Será necessária lei autorizativa?</li> <li>- Considerando que os tributos e contribuições patronais são despesas regulares e de responsabilidade do Legislativo, por determinação legal, como deve ser contabilizado o hipotético parcelamento realizado, tendo em vista que a dívida é de responsabilidade do Legislativo Municipal e o termo de parcelamento terá como acordante o ente federado?</li> </ul>
886.363	Prefeito do Município de Campo Belo, Marco Túlio Lopes Miguel.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pode o Município celebrar convênio com o Judiciário para repassar verba para custeio de "pro labore" de Comissários de Menores?</li> <li>- Considerando que no Município há o Conselho Tutelar e respectivos Conselheiros Tutelares eleitos e remunerados pelos cofres municipais nos termos de Lei Municipal e ECA, a função de Comissário de Menores é da esfera Estadual?</li> <li>- Caso a resposta do item 3 (<i>sic</i>) seja positiva, pode o Município remunerar os Comissários de Menores através de Convênio e repasse dos valores a título de pagamento "pro labore"?</li> <li>- A expressão pagamento através de repasse e convênio a título "pro labore" afastar (<i>sic</i>) o risco de responsabilidades com vínculos trabalhistas? (<i>sic</i>)</li> </ul>
898.525	Prefeito do Município de Campo Belo, Marco Túlio Lopes Miguel.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A implantação de vigilância eletrônica (<i>speed dome</i>) para monitoramento de prédios de escolas municipais se enquadra no percentual constitucional de 25% das receitas que devem ser aplicadas na educação?</li> </ul>



**TABELA 21 - Consultas**

(conclusão)

Processo	Consulentes	Indagações
911.623	Secretário Municipal de Controle Interno de Campo Belo	– Considerando a hipótese de o município possuir em sua frota algum veículo em desuso pertencente à Secretaria de Educação e, através dos procedimentos legais, resolver aliená-lo, a receita proveniente dessa alienação deverá obrigatoriamente ser utilizada em despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino?

Fonte: SGAP.

## 5.5 Resoluções e Instrução Normativa

No 1º trimestre de 2014, foram aprovadas 03 (três) resoluções e 01 (uma) instrução normativa, como destacado nas Tabelas 22 e 23.

**TABELA 22 - Resoluções**

Número	Assunto
R - 01/2014	Acrescenta o § 4º ao art. 366 da Resolução nº 12, de 17/12/2008, que institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
R - 02/2014	Altera o item 7 da alínea “f” do inciso IX do art. 1º e o caput do art. 90-C, ambos da Resolução nº 05, de 20/03/2013, que dispõe sobre a estrutura organizacional e as competências das unidades dos Serviços Auxiliares e da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com a redação conferida pela Resolução nº 19, de 06/11/2013.
R - 03/2014	Aprova o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Fonte: Biblioteca do TCEMG

**TABELA 23 - Instrução Normativa**

Número	Assunto
IN - 01/2014	Modifica dispositivos da Instrução Normativa nº 06, de 29/06/2011, que “Dispõe sobre os procedimentos relativos à contratação de empreendimentos de parcerias público-privadas a serem fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nas Administrações Públicas estadual e municipais”.

Fonte: Biblioteca do TCEMG

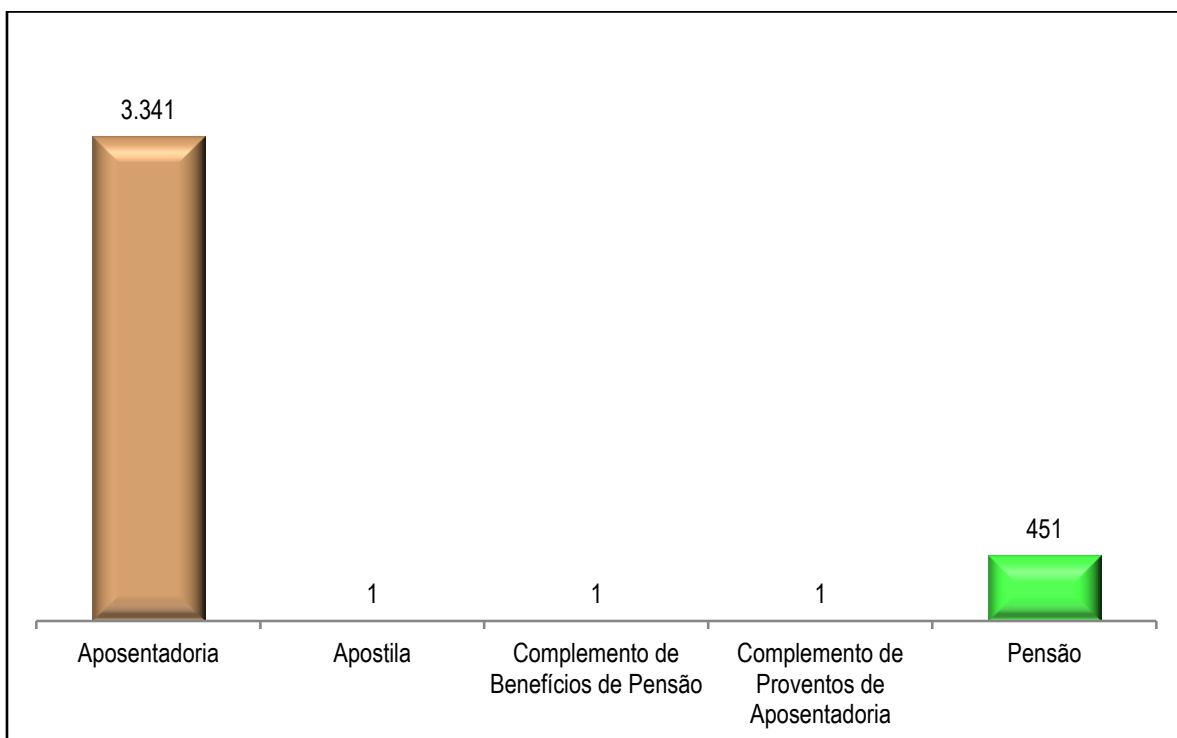
## 5.6 Registro de Atos

O Tribunal de Contas apreciará, para fins de registro, mediante procedimentos de fiscalização ou processo específico, conforme ato normativo próprio, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 256 do Regimento Interno.

No trimestre, foram realizados 3.795 (três mil, setecentos e noventa e cinco) registros, sendo 421 (quatrocentos e vinte e um) pela Primeira Câmara, 469 (quatrocentos e sessenta e nove) pela Segunda Câmara e 2.905 (dois mil, novecentos e cinco) por decisão monocrática.

Foram registrados 3.341 (três mil, trezentas e quarenta e uma) Aposentadorias, 01 (uma) Apostila, 01 (um) Complemento de Benefícios de Pensão, 01 (um) Complemento de Proventos de Aposentadoria e 451 (quatrocentas e cinquenta e uma) Pensões, como demonstrado no Gráfico 3.

**GRÁFICO 3 - Registro de Atos**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## **5.7 Exame Prévio de Instrumento Convocatório**

O Regimento Interno, em seu art. 262, dispõe que os instrumentos convocatórios referentes aos procedimentos licitatórios instaurados pelos órgãos ou entidades estaduais e municipais sujeitam-se a exame prévio pelo Tribunal.

De acordo com o art. 264 do citado Regimento, a licitação poderá ser liminarmente suspensa se constatadas irregularidades graves que possam causar lesão ao erário, fraude ou risco de ineficácia da decisão de mérito.

Em caso de decisão monocrática, o Conselheiro Relator deverá submeter sua decisão à ratificação do Colegiado competente na sessão subsequente, sob pena de perda de eficácia, nos termos do disposto no § 1º do art. 264 do Regimento Interno.

No trimestre, foram suspensos 26 (vinte e seis) Editais de Licitação, sendo que 12 (doze) foram suspensos pela Primeira Câmara e 14 (quatorze) pela Segunda Câmara.

Suspenso o certame, após a análise conclusiva dos itens impugnados na peça inicial, o TCEMG determina a adequação do edital aos ditames legais. Verificado o correto ajustamento e as condições de o feito prosseguir, os autos são novamente submetidos ao Colegiado competente para revogação da suspensão anteriormente determinada.

No que tange aos Editais de Concurso Público, ao proceder à análise, o Tribunal poderá suspender o certame, mediante medida cautelar, ou determinar que a entidade realizadora promova as correções necessárias, caso configurado o pressuposto de restrição à competitividade intrínseca à participação em concursos públicos, como também se constatada ilegalidade.

Foram suspensos, no trimestre, 3 (três) Editais de Concursos Públicos, sendo que 1 (um) foi suspenso pela Primeira Câmara e dois (dois) pela Segunda Câmara.

## 5.8 Sanções

O Tribunal de Contas, ao constatar irregularidade ou descumprimento de obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá, observado o devido processo legal, aplicar, isolada ou cumulativamente, as sanções de multa, inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o poder público, nos termos do art. 315 do Regimento Interno.

A multa será aplicada de forma individual, a cada agente que tiver concorrido para o fato, sendo o seu pagamento de responsabilidade pessoal dos infratores.

Conforme dispõe o art. 316 do mencionado Regimento, verificada a existência de dano ao erário, o Tribunal determinará o seu ressarcimento aos cofres públicos pelo responsável ou sucessor, observado o disposto no inciso VIII do art. 2º do citado Regimento.

Nas Tabelas 24 e 25, estão registradas as multas aplicadas e os ressarcimentos determinados no trimestre.

**TABELA 24 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade**

(continua)

<b>Irregularidade</b>	<b>Primeira Câmara</b>	<b>Segunda Câmara</b>	<b>Total</b>
Ausência de conta corrente específica para o recebimento dos recursos destinados à educação/saúde	R\$ 13.000,00	-	R\$ 13.000,00
Descumprimento de determinação do Tribunal	-	R\$ 27.500,00	R\$ 27.500,00
Descumprimento dos percentuais de aplicação dos recursos do FUNDEF na remuneração do magistério	R\$ 5.000,00	-	R\$ 5.000,00
Dispensa/Inexigibilidade com irregularidade(s)	R\$ 11.700,00	R\$ 16.000,00	R\$ 27.700,00
Falta de procedimento licitatório	R\$ 19.900,00	-	R\$ 19.900,00
Falta de repasse dos recursos destinados ao ensino/saúde para os órgãos responsáveis	R\$ 12.000,00	-	R\$ 12.000,00
Irregularidade(s) em Convênio/Contrato/Termo Aditivo	R\$ 11.500,00	R\$ 10.000,00	R\$ 21.500,00
Irregularidade(s) na utilização de recursos do FUNDEF/FUNDEB	R\$ 1.500,00	-	R\$ 1.500,00

**TABELA 24 - Valor das Multas Aplicadas por Irregularidade**

(conclusão)

<b>Irregularidade</b>	<b>Primeira Câmara</b>	<b>Segunda Câmara</b>	<b>Total</b>
Irregularidade(s) em Edital de Concurso Público	R\$ 5.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 30.000,00
Irregularidade(s) relativas ao Controle Interno	R\$ 28.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 31.000,00
Irregularidade(s) nos gastos com o ensino/saúde	R\$ 7.800,00	-	R\$ 7.800,00
Procedimento licitatório com irregularidade(s)	R\$ 88.400,00	R\$ 90.300,00	R\$ 178.700,00
Outras irregularidades	R\$ 35.300,00	R\$ 1.000,00	R\$ 36.300,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 239.100,00</b>	<b>R\$ 172.800,00</b>	<b>R\$ 411.900,00</b>

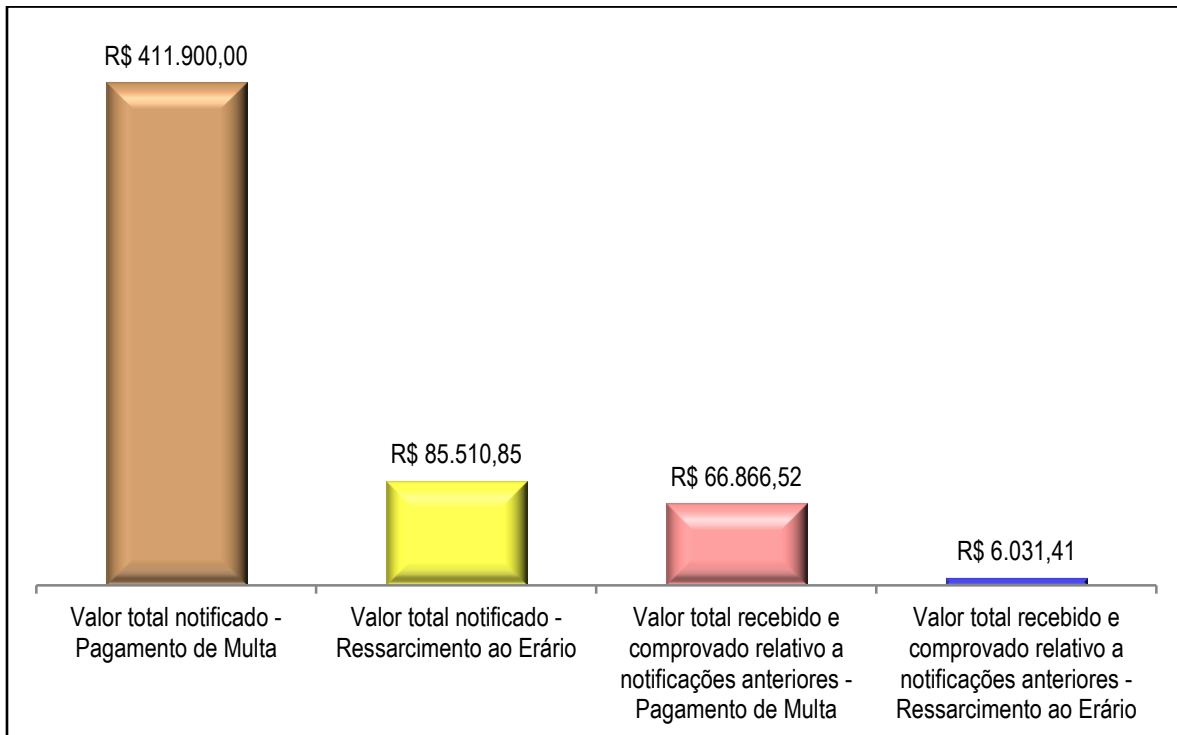
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**TABELA 25 - Valor dos Ressarcimentos Determinados por Irregularidade**

<b>Irregularidade</b>	<b>Primeira Câmara</b>	<b>Segunda Câmara</b>	<b>Total</b>
Despesas com publicidade realizadas irregularmente	R\$ 29.211,34	-	R\$ 29.211,34
Despesas não afetas ao interesse público	-	R\$ 20.553,33	R\$ 20.553,33
Falta de comprovação de despesas com documentos legais	-	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
Recebimento em duplicidade	R\$ 746,18	-	R\$ 746,18
<b>Total</b>	<b>R\$ 29.957,52</b>	<b>R\$ 55.553,33</b>	<b>R\$ 85.510,85</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**GRÁFICO 4 - Valores Notificados e Pagos - Multa e Ressarcimento ao Erário**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

No trimestre, a Coordenadoria de Débito e Multa encaminhou 29 (vinte e nove) certidões de débito ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais, como discriminado nas Tabelas 26 e 27.

**TABELA 26 - Multa**

Certidões	Valor Total
22	R\$ 281.920,87

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**TABELA 27 - Ressarcimento ao Erário**

Certidões	Valor Total
7	R\$ 61.423,51

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 5.9 Recursos Deliberados

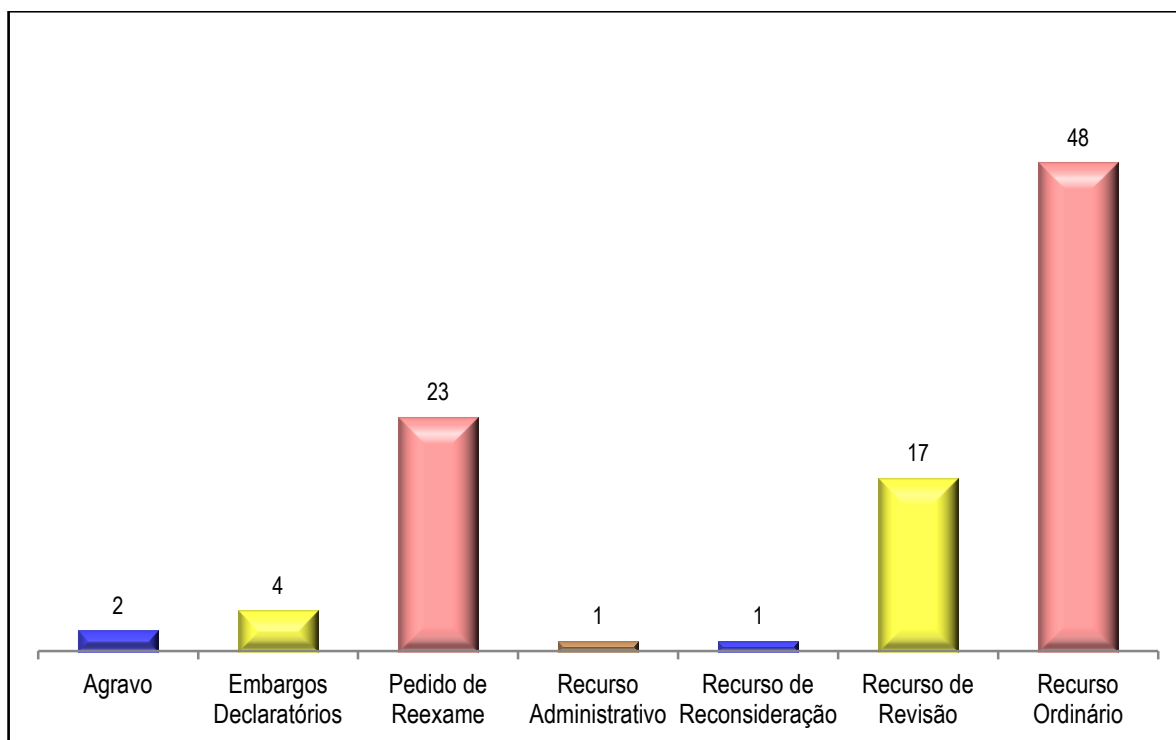
Nos termos do art. 324 do Regimento Interno, das decisões do Tribunal caberão os seguintes recursos:

- recurso ordinário;
- agravo;
- embargos de declaração;
- pedido de reexame.

Poderão interpor recurso os responsáveis pelos atos impugnados; os interessados, desde que alcançados pela decisão ou que demonstrem razão legítima para intervir no processo; o Ministério Público junto ao Tribunal.

No 1º trimestre, foram deliberados 96 (noventa e seis) recursos, como registrado no Gráfico 5.

**GRÁFICO 5 - Recursos Deliberados**

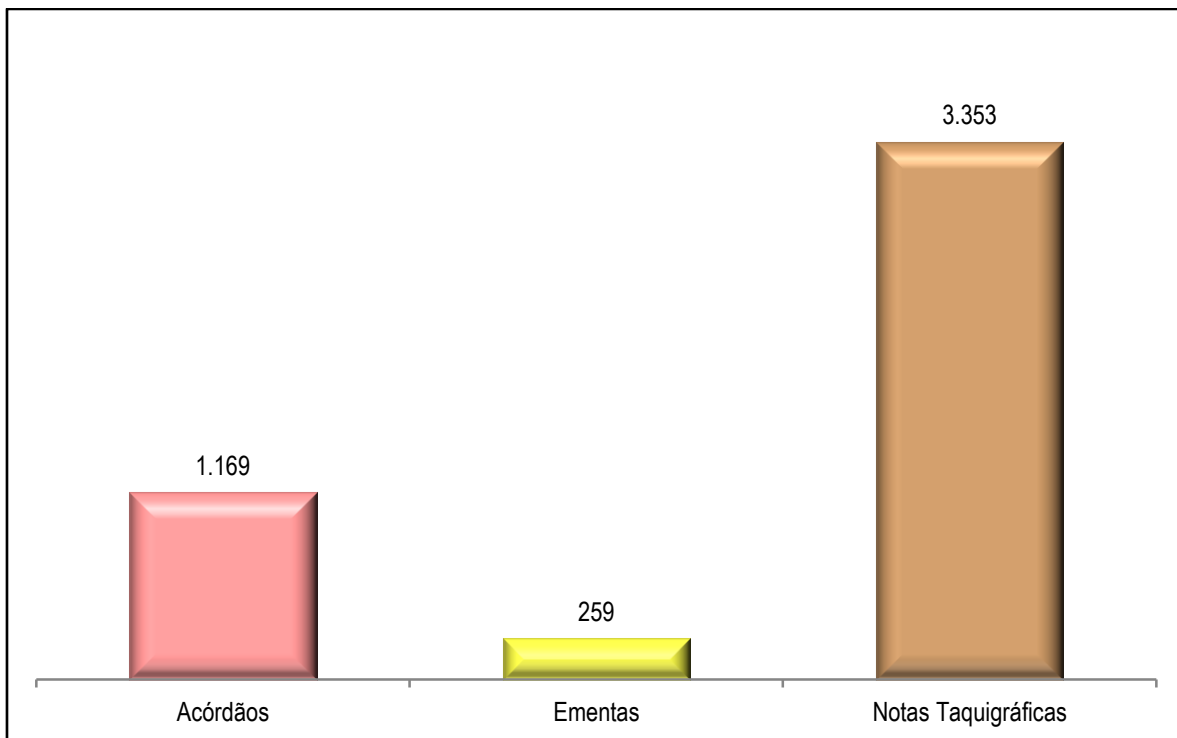


Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 5.10 Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados

Foram emitidas, no trimestre, 3.353 (três mil, trezentas e cinquenta e três) notas taquigráficas, publicados 1.169 (um mil, cento e sessenta e nove) acórdãos e 259 (duzentas e cinquenta e nove) ementas, sendo que 11 (onze) referem-se a parecer em consulta e 248 (duzentas e quarenta e oito) a parecer prévio.

**GRÁFICO 6 - Notas Taquigráficas Emitidas, Ementas e Acórdãos Publicados**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 5.11 Certidões

No trimestre, foram emitidas 502 (quinhentas e duas) certidões, como especificado na Tabela 28.



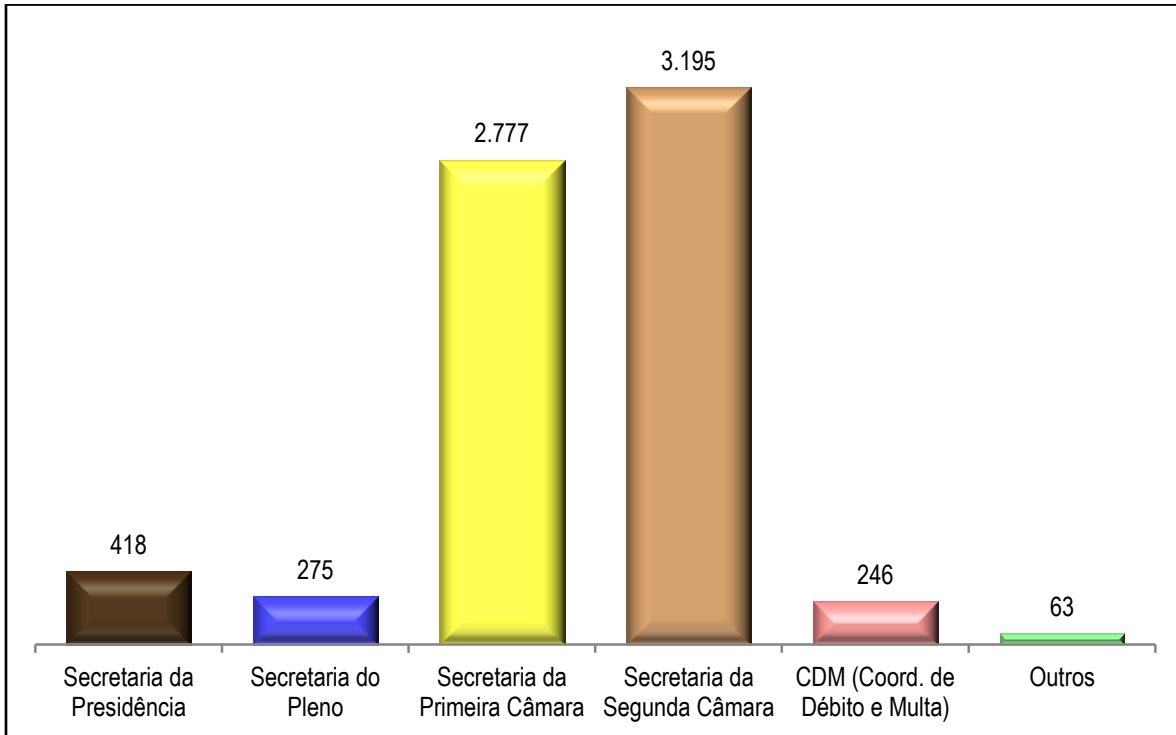
**TABELA 28 - Certidões Emitidas**

Forma/Finalidade	Sec. Pleno	Sec. Primeira Câmara	Sec. Segunda Câmara	DCEM	DCEE	Total
Inteiro teor	-	-	14	-	-	14
Para instrução de recurso	30	-	-	-	-	30
Para atendimento aos Jurisdicionados						
- Saúde/Ensino	-	-	-	175	-	327
- Pessoal	-	-	-	39	-	
- Fundeb	-	-	-	11	-	
- Limites LRF/Gestão Fiscal	-	-	-	102	-	
Para contratação de operações de créditos e celebração de convênios pelos Municípios	-	-	-	118	-	118
Para contratação de operações de crédito da Dívida Interna e Externa	-	-	-	-	1	1
Outras certidões	10	2	-	-	-	12
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>445</b>	<b>1</b>	<b>502</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 5.12 Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas

**GRÁFICO 7 - Citações, Intimações e Demais Comunicações Realizadas**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 6 PRINCIPAIS PARCERIAS FIRMADAS

Visando ao aprimoramento do controle externo, o Tribunal de Contas realizou parcerias com outros órgãos e instituições, a saber:

- Acordo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de auxiliar as ações de fiscalização do TCEMG;
- Acordo de Cooperação em Auditorias de Saúde celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Tribunal de Contas da União, o Instituto Rui Barbosa e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas;
- Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a Companhia Energética do Estado de Minas Gerais - CEMIG, com o objetivo de propor soluções para a operacionalização da transferência dos ativos de iluminação pública para os municípios;
- Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público do Estado, com o objetivo de ajudar os municípios mineiros a cumprirem as exigências da Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011);
- Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Tribunal de Contas da União, com o objetivo de realizar ações conjuntas de fiscalização e intercâmbio de experiências e tecnologias;
- Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e o Conselho Nacional Justiça, com o objetivo de conjugar esforços para o Aperfeiçoamento e a Manutenção do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI.

## 7 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

### 7.1 Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, instituída pela Resolução nº 5, de 10 de agosto de 1994, tem por missão promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a difusão do conhecimento aos jurisdicionados, contribuindo para a efetividade do controle externo da gestão dos recursos públicos.

A sua principal atividade de capacitação é o Curso de Pós-Graduação lato sensu, que tem como principal objetivo assegurar a formação multidisciplinar aos técnicos e oficiais do TCEMG, proporcionando conhecimentos e habilidades específicos ao aperfeiçoamento do controle externo, além de conscientizar os servidores sobre a importância de uma atuação transparente e responsável.

### 7.2 Eventos Internos e Externos

Nas Tabelas 29 e 30 estão registrados alguns dos eventos internos e externos que ocorreram no período.

**TABELA 29 - Eventos Internos**

(continua)

<b>Eventos</b>	<b>Participantes</b>
Curso “Novas Regras de Contabilidade Pública”	45 servidores
Curso “Novas Regras de Contabilidade Pública”	6 participantes
Curso “Oratória: Fundamentos e Prática do Falar Bem para Grandes Auditórios”	39 servidores
II Programa Aprendendo a Recomeçar - PAR / Módulo I - Ciclos da Vida: perdas e ganhos/Significado do trabalho para a vida/Administração do tempo	49 servidores
Ponto de Expressão: “Regime Diferenciado de Contratação para a Copa”	48 servidores
Ponto de Expressão: “Regime Diferenciado de Contratação para a Copa”	40 participantes
Ponto de Expressão: “Tarifa Zero”	26 servidores
Ponto de Expressão: “Tarifa Zero”	122 participantes

**TABELA 29 - Eventos Internos**

(conclusão)

<b>Eventos</b>	<b>Participantes</b>
Pós-Graduação: Aperfeiçoamento em Direito Público aplicado ao Controle Externo / Módulo I - Tópicos em Direito Constitucional	32 servidores
Pós-Graduação: Aperfeiçoamento em Direito Público aplicado ao Controle Externo / Módulo I - Tópicos em Direito Constitucional	30 participantes
Pós-Graduação: Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia / Módulo I - Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia	23 servidores
Pós-Graduação: Aperfeiçoamento em Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia / Módulo I - Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia	28 participantes
Treinamento "Software de Gestão Estratégica: Plataforma Channel, um software para monitoramento da execução dos planos estratégicos"	50 servidores

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**TABELA 30 - Eventos Externos**

<b>Eventos</b>	<b>Participantes</b>
Curso "Auditoria de Folha de Pagamento no Serviço Público"	5 servidores
Curso "Capacitação e Formação de Pregoeiros e Sistema de Registro de Preços"	1 servidor
Curso "Cerimonial e Organização de Eventos Empresariais"	1 servidor
Curso "Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Novo Plano de Contas"	2 servidores
Curso "Controle Interno e Análise de Risco na Gestão de Processos"	1 servidor
Curso "Elaboração de Projetos para Captação de Recursos"	1 servidor
Curso "Legislação de Pessoal"	1 servidor
Curso "Licitação Completa: Modalidades Clássicas, Pregão, RDC e Sistemas de Registro de Preço"	2 servidores
Curso Completo de Elaboração de Instrumentos Obrigatórios no Processo Licitatório: Projeto Básico para Licitações, Termo de Referência e Técnicas de Elaboração de Edital e Contratos Administrativos	3 servidores
I Fórum de Governança TCEMG/TCU	624 jurisdicionados
I Fórum de Governança TCEMG/TCU	24 servidores
II Conferência de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	3.588 jurisdicionados
II Conferência de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	153 servidores
III Congresso Internacional de Controle Fiscal: "Retos globales del control fiscal y sus aportes al desarrollo social"	1 servidor
XI Encontro Internacional de Juristas	1 servidor
XIX Congresso Nacional do Cerimonial Público (XIX CONCEP)	5 servidores

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

No 1º trimestre, foram capacitados 513 (quinhentos e treze) servidores, 4.212 (quatro mil, duzentos e doze) jurisdicionados e 226 (duzentos e vinte e seis) participantes externos, totalizando 4.951 (quatro mil, novecentas e cinquenta e uma) capacitações.

## 8 DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

Todo cidadão tem direito ao acesso à informação produzida, guardada e gerenciada pelos órgãos públicos. Esse direito é assegurado pela Constituição da República e, agora, seu exercício foi regulamentado pela Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011.

A informação, ao ser disponibilizada, permite ao cidadão fiscalizar de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.

Nessa esteira e atento ao princípio da publicidade dos atos da Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição da República, e ao cumprimento dos objetivos estratégicos “Ser conhecido e reconhecido pela sociedade e instituições em geral” e “Estimular o Controle Social”, o Tribunal de Contas fornece aos cidadãos informações relativas às suas atividades, utilizando, para isso, diferentes canais de comunicação.

### 8.1 Portal do TCEMG na Internet

TABELA 31 - Portal

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>
Notícias publicadas	67
<i>Downloads</i> de programas do TCEMG	162
Visualizações de páginas	494.266

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 8.2 Serviços e Sistemas Informatizados

**TABELA 32 - Serviços e Sistemas Informatizados**

(continua)

Serviço/Sistema	Especificação
Biblioteca	A Biblioteca Conselheiro Aloysio Alves da Costa tem como objetivo prioritário apoiar os diversos setores do Tribunal de Contas no cumprimento de seus fins, constitucionalmente estabelecidos
Biblioteca/Acervo	O acervo da Biblioteca do Tribunal de Contas é especializado na área jurídica e contábil, mas abrange um número significativo de publicações em outras áreas do conhecimento
CNU	Certidão de Contas - Permite a emissão e a verificação de autenticidade de certidões. É válida somente para pessoas físicas que possuam CPF
Conferência de Assinatura	Verifica a autenticidade da assinatura de documentos assinados eletronicamente
Consulta a Documentos Processuais	Possibilita a consulta a documentos processuais no Portal do TCEMG
Consultas	Consultas respondidas pelo TCEMG
Escola de Contas	A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo é responsável por promover, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do TCEMG e a difusão de conhecimento aos jurisdicionados
Fale com o TCE	Canal de Comunicação com o cidadão/jurisdicionado
FISCAD	Fiscalização de Atos de Admissão
FISCAP	Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal
FISCOPA	Sistema de Fiscalização e Controle dos Gastos Públicos na Organização da Copa do Mundo de 2014
Geo-Obras	Sistema de Informações Geográficas para gerenciar as informações das obras executadas por órgãos das esferas estadual e municipal
LEGISCAM	Remessa de Atos de Fixação dos Subsídios do Legislativo Municipal
Legislação Municipal - IN 05/2000	Permite a remessa de informações necessárias à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, das Administrações Direta e Indireta dos Municípios
MapJuris	Mapeamento e Sistematização da Jurisprudência do TCEMG
minasdeolhonacopa	Site que permite ao cidadão acompanhar e auxiliar o TCEMG - um dos órgãos responsáveis pela fiscalização dos recursos referentes à organização e à realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de 2014, em Minas Gerais - em seu compromisso constitucional no exercício do controle externo



**TABELA 32 - Sistemas Informatizados**

(conclusão)

<b>Serviço/Sistema</b>	<b>Especificação</b>
Ouvidoria	Espaço de interlocução entre o Tribunal de Contas e o cidadão para receber sugestões, críticas, reclamações, elogios ou pedidos de esclarecimentos a respeito dos serviços prestados pela Instituição
Portal do Servidor	Portal que disponibiliza ao servidor informações cadastrais, funcionais e de pagamento
PUSH	Envio de Informação Processual
Recadastramento de Aposentados e Pensionistas	Sistema de recadastramento de aposentados e pensionistas que integram a folha de pagamento de pessoal do TCEMG, que tem por objetivo manter a base de dados cadastral atualizada
SEC	Sistema de Emissão de Certidão
SECMULTAS	Banco de dados unificado da Coordenadoria de Débito e Multa, responsável pelo gerenciamento, no âmbito administrativo, dos débitos imputados e das multas aplicadas pelo Tribunal
SIG	Sistema de Gestão de Identidade
SIACE LRF	Sistema informatizado de Apoio ao Controle Externo/Lei de Responsabilidade Fiscal
SIACE PCA	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual
SIACE PCA Lei 6.404/76	Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Prestação de Contas Anual - Entidades de Direito Privado regidas pela Lei 6.404/76
SIACE PCA X SIACE LRF	Relatório Comparativo do SIACE/PCA X SIACE/LRF que demonstra o paralelo entre os dados enviados, pelas Prefeituras Municipais, nas prestações de contas anuais e nos relatórios pertinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, por meio dos sistemas SIACE/PCA e SIACE/LRF
SICAM	Sistema Informatizado de Contas para Câmaras Municipais
SICOM	Sistema Informatizado de Contas Municipais
SICOM Consulta	Sistema Informatizado de Contas Municipais
SICOP	Sistema de Controle de Licitações, Contratos, Convênios, Adiantamentos e Prestações de Contas
SIDE	Demonstrativos do Ensino
SIGMAT	Cadastro de Fornecedores e Coleta de Preços
TCJuris	Ferramenta de pesquisa livre de julgados
TCLegis	Sistema Integrado de Pesquisa

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 8.3 Intranet

**TABELA 33 - Intranet**

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>
Notícias publicadas	143
Mensagens respondidas pelo Fale com o TCE	1
Visualizações de páginas	510.443

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 8.4 Twitter

No final do trimestre, o Tribunal possuía 800 (oitocentos) seguidores em sua página no Twitter.

As notícias de maior repercussão no período estão relacionadas na Tabela 34.

**TABELA 34 - Twitter - Notícias de Maior Repercussão**

<b>Notícias</b>
Tribunal usará “malha fina” para fiscalizar aplicação dos recursos públicos nos municípios.
Impossibilidade de contratação de assessoria jurídica por meio de licitação.
TCU - É admissível a especificação de marca para aquisição de cartuchos no período de garantia de impressoras.
TCU - É ilegal cláusula que exija, como condição de habilitação técnica, a vistoria nas dependências da licitante.
Tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte nas aquisições públicas - Pedro Henrique Silva.
Princípio da insignificância em parecer prévio - Prestação de Contas Municipal nº 697.611.
Tribunal apoia seminário da OGE sobre Nova Lei Anticorrupção.
Novas regras da Contabilidade Pública é um dos destaques na Conferência do TCEMG.
Baixe a Revista do TCE - Edição Especial: A Lei 8.666/93 e o TCEMG.

Fonte: Assessoria de Publicidade e Marketing Institucional.

## 8.5 Facebook

No final do trimestre, o Tribunal possuía 2.030 (dois mil e trinta) seguidores no Facebook.

Dentre as publicações efetuadas no período, as que tiveram maior destaque entre número de curtidas e de compartilhamentos estão relacionadas na Tabela 35.

**TABELA 35 - Facebook - Publicações de Destaque**

Notícias
Impossibilidade de contratação de assessoria jurídica por meio de licitação.
Possibilidade de licitação conjunta por vários órgãos e de adesão à Ata de Registro de Preços.
Possibilidade de pregoeiro confeccionar edital licitatório.
Contratação de Milionário e José Rico em Araguari é considerada irregular.
TCU - É ilegal a exigência de declaração de disponibilidade prévia de máquinas e equipamentos essenciais para o cumprimento do objeto da licitação.
II Conferência começa com participação recorde de municípios.
No Portal Minas Transparente, o usuário da internet encontra dados dos 853 municípios mineiros em um só lugar.
Esta é a última semana de inscrição na II Conferência de Controle Externo. Faça agora a sua.
TCE e MPE lançam Portal Minas Transparente.
Fonte: Assessoria de Publicidade e Marketing Institucional.

## 8.6 Informativo de Jurisprudência

**TABELA 36 - Atividades Relacionadas ao Informativo de Jurisprudência**

Atividade	Quantidade
Acessos ao Informativo via Portal do Tribunal	33.623
Total de cadastrados para recebimento do Informativo por <i>e-mail</i> até março de 2014	6.836

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 8.7 Revista do Tribunal de Contas

**TABELA 37 - Atividades Relacionadas à Revista**

Atividade	Quantidade
Revistas distribuídas	247
Acessos à Revista do Tribunal	2.404
Total de cadastrados para receber a <i>newsletter</i> da revista por <i>e-mail</i> até março de 2014	1.671

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 8.8 Biblioteca Aloyzio Alves da Costa

**TABELA 38 - Atividades Relacionadas à Biblioteca**

Natureza	Quantidade
Atendimento ao público interno/externo	514
Empréstimos de publicações	1.777
Acessos à Base de Consultas	9.633
Acessos ao TC Legis	630

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 8.9 Central de Relacionamento com os Jurisdicionados - CRJ

**TABELA 39 - atendimentos Realizados pela CRJ - Por Requerente**

Requerente	Quantidade	%
Prefeituras Municipais	4.188	64,56%
Câmaras Municipais	1.268	19,55%
Entidades Municipais	902	13,90%
Entidades Estaduais	113	1,74%
Consórcios Públicos	13	0,20%
Sociedades de Economia Mista	3	0,05%
<b>Total</b>	<b>6.487</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**TABELA 40 - Atendimentos Realizados pela CRJ - Por Assunto**

<b>Assunto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
SICOM - Sistema Informatizado Contas Municipais	3.228	49,76%
SGI - Sistema de Gestão de Identidade	1.462	22,54%
SIACE LRF	412	6,35%
SIACE PCA	681	10,50%
FISCAP	235	3,62%
Certificado Digital	57	0,88%
SEC - Certidão Eletrônica	18	0,28%
Eventos realizados	2	0,03%
FISCAD	30	0,46%
Remessa Atos de Fixação Legislativos	2	0,03%
CRJ - Central de Relacionamento com os Jurisdicionados	150	2,31%
Certidão de Contas	2	0,03%
FISCOPA	1	0,02%
Remessa de Legislação	37	0,57%
Geo-Obras	96	1,48%
e-Formulário	55	0,85%
Minas Transparente	19	0,29%
<b>Total</b>	<b>6.487</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 9 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

A Tabela 41 demonstra a distribuição do orçamento do Tribunal de Contas e a sua execução por grupo de despesa até o 1º trimestre de 2014.

**TABELA 41 - Execução Orçamentária**

<b>Discriminação</b>	<b>Credito Autorizado</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Percentual de Execução</b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 490.912.889,00	R\$ 117.668.557,88	23,97%
Outras Despesas Correntes	R\$ 49.093.080,00	R\$ 10.821.526,51	22,04%
Investimentos	R\$ 1.366.500,00	-	-
<b>Total</b>	<b>R\$ 541.372.469,00</b>	<b>R\$ 128.490.084,39</b>	<b>23,73%</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## 10 CONTROLE INTERNO

A Controladoria Interna, vinculada à Presidência, integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal de Contas e é a unidade que tem a função de efetivar a gestão do controle interno dentro do TCEMG.

Além da Controladoria Interna, integram o Sistema de Controle Interno todas as demais unidades pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal de Contas, que deverão utilizar, em suas atividades e operações, o controle interno como ferramenta de trabalho, aplicada de forma prévia, concomitante e/ou subsequente para enfrentar os riscos e fornecer razoável segurança na consecução da missão constitucional do órgão.

O art. 40 da Resolução nº 5, de 20 de março de 2013, dispõe que a Controladoria Interna tem a finalidade de auxiliar as unidades administrativas e orçamentárias do Tribunal para que executem suas atividades dentro dos estritos limites da legalidade, com moralidade, impessoalidade e eficiência.

São competências da Controladoria Interna:

- elaborar, planejar e submeter à apreciação do Presidente, até o final do primeiro trimestre de cada exercício, seu Plano Anual de Atividades;
- acompanhar e avaliar o cumprimento das metas orçamentárias, dos limites legais e dos atos de geração de despesas;
- avaliar as práticas operacionais das unidades que integram a estrutura organizacional do Tribunal;
- executar atividades de controle relativas à gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e operacional do Tribunal;
- propiciar a integração e a interação das unidades organizacionais e respectivos sistemas de controle;
- executar outras competências correlatas descritas em atos normativos próprios.

As atividades da Controladoria Interna são desenvolvidas em consonância com as atribuições e competências estabelecidas na Resolução nº 7, de 12 de maio de 2010, e na Resolução nº 5, de 20 de março de 2013, buscando promover a participação integrada dos gestores de cada unidade com o setor, associada a um processo de mudança de cultura em relação à atuação do controle interno, no sentido de favorecer a adoção de rotinas e a melhoria do autocontrole afetas a cada uma das

unidades, contribuindo, dessa forma, para maior efetividade no alcance das metas definidas pelo Tribunal.

## 10.1 Atividades Desenvolvidas

Em conformidade com o Plano Diretor e com o Plano Anual de Controle Interno, e em cumprimento ao disposto no inciso IX do art. 6º da Resolução nº 8, de 27 de junho de 2012, a Controladoria Interna do Tribunal de Contas realizou várias atividades no trimestre, das quais destacam-se as relacionadas na Tabela 42.

**TABELA 42 - Atividades Desenvolvidas - Controladoria Interna**

<b>Atividades</b>
Elaboração do Relatório de Controle Interno que integrou a Prestação de Contas do TCEMG, relativa ao exercício de 2013, para encaminhamento à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 74 da CR/88, arts. 73 e 74 da CE/89, art. 4º, inc. VIII do RITCMG e art. 10 da IN nº 14/2011
Verificação e manifestação acerca das informações lançadas no Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal (FISCAP) relativas aos atos concessórios de aposentadoria dos servidores do Tribunal de Contas
Elaboração do Relatório de Auditoria Interna na Coordenadoria de Transportes
Participação em reuniões do Grupo de Estudo para implantação do Sistema de Custos do TCEMG (TCSIC)
Elaboração e encaminhamento do Plano Anual de Atividades de Controle Interno
Análise do Relatório de Gestão Fiscal do exercício de 2013
Verificação do cumprimento dos prazos de divulgação das informações disponibilizadas no “Portal Transparência” do TCEMG

Fonte: Controladoria Interna.



## 10.2 Capacitação de Servidores

Os servidores da Controladoria Interna participaram dos seguintes cursos/eventos:

**TABELA 43 - Participação em Eventos - Controladoria Interna**

<b>Evento</b>	<b>Participantes</b>
Contabilidade Pública e seus Aspectos Patrimoniais e Legais	4 servidores
II Conferência de Controle Externo do TCEMG	5 servidores

Fonte: Controladoria Interna

## 11 CONTROLE SOCIAL

### 11.1 Ouvidoria

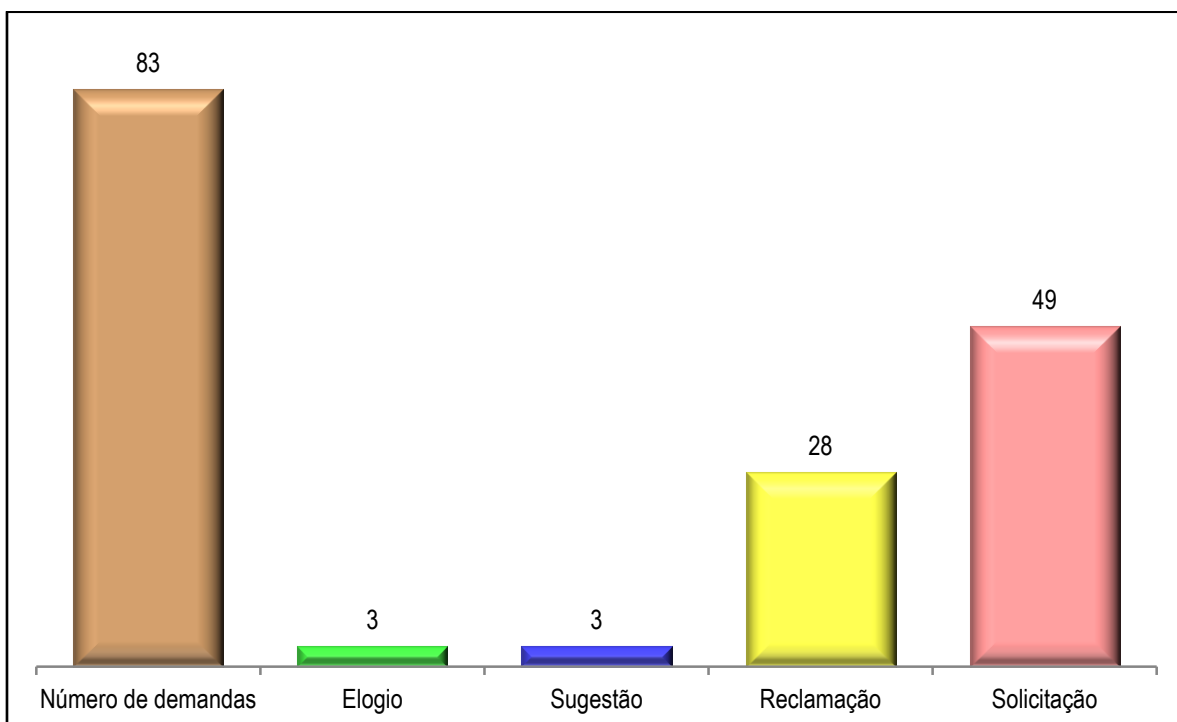
A Ouvidoria é um espaço de interlocução de uma instituição com a sociedade, destinado ao recebimento de manifestações quanto aos serviços e atendimentos prestados.

Nos termos do art. 45 do Regimento Interno, a Ouvidoria tem por finalidade contribuir para o aprimoramento da gestão das ações de controle do Tribunal, atuando na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência dos atos administrativos praticados por agentes, servidores e administradores públicos, bem como os demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

A Ouvidoria objetiva, ainda, receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito de serviços prestados pelo Tribunal, conforme disposto no parágrafo único do citado artigo.

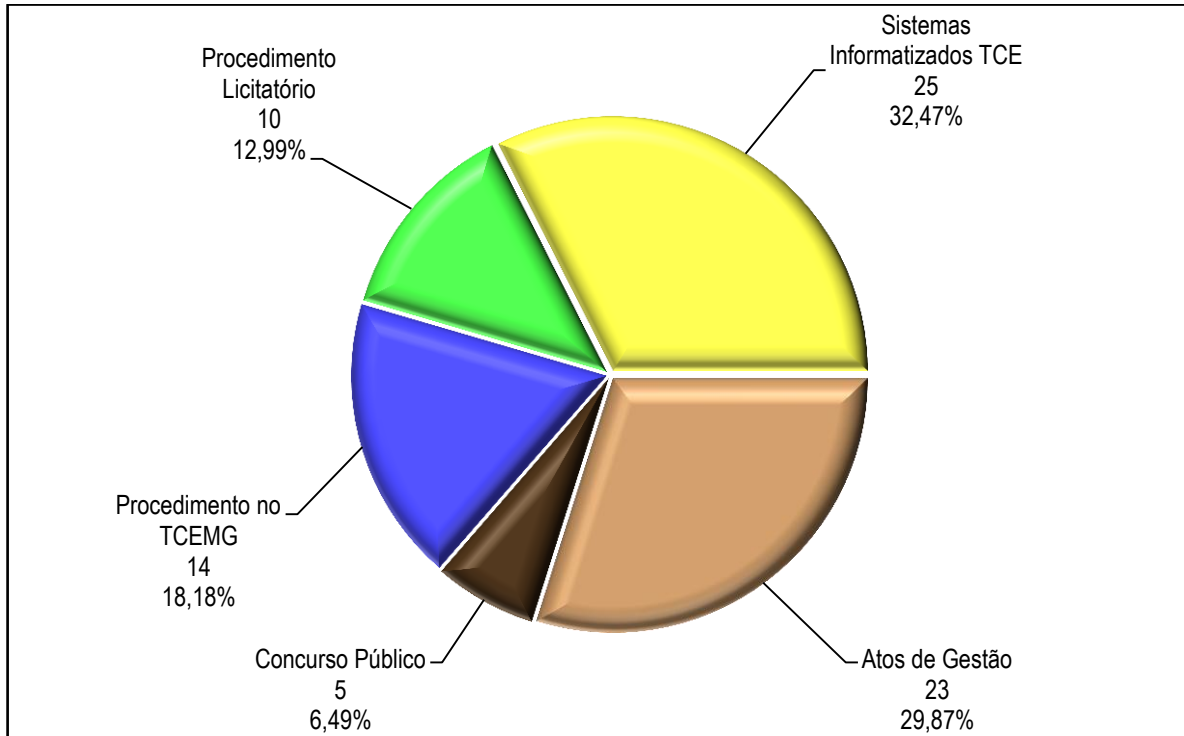
Abaixo estão registradas as manifestações e demandas ocorridas no trimestre:

**GRÁFICO 8 - Manifestações Recebidas**



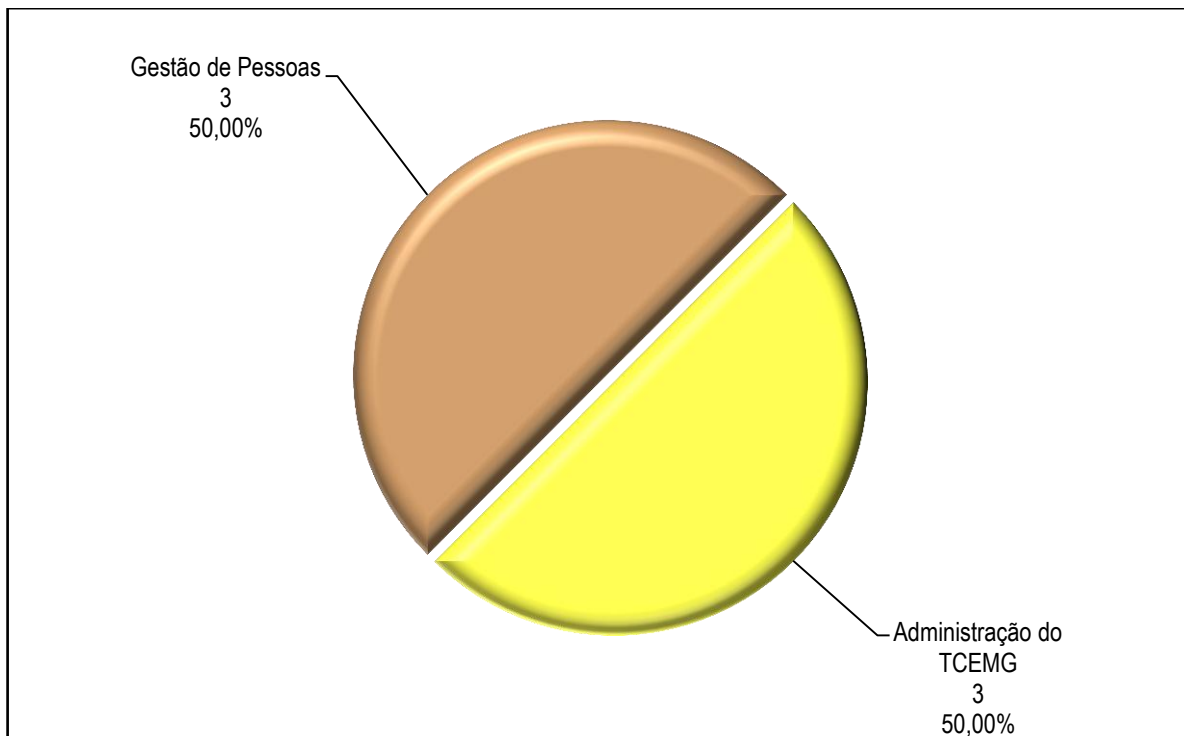
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**GRÁFICO 9 - Assuntos Ouvidoria Externa**



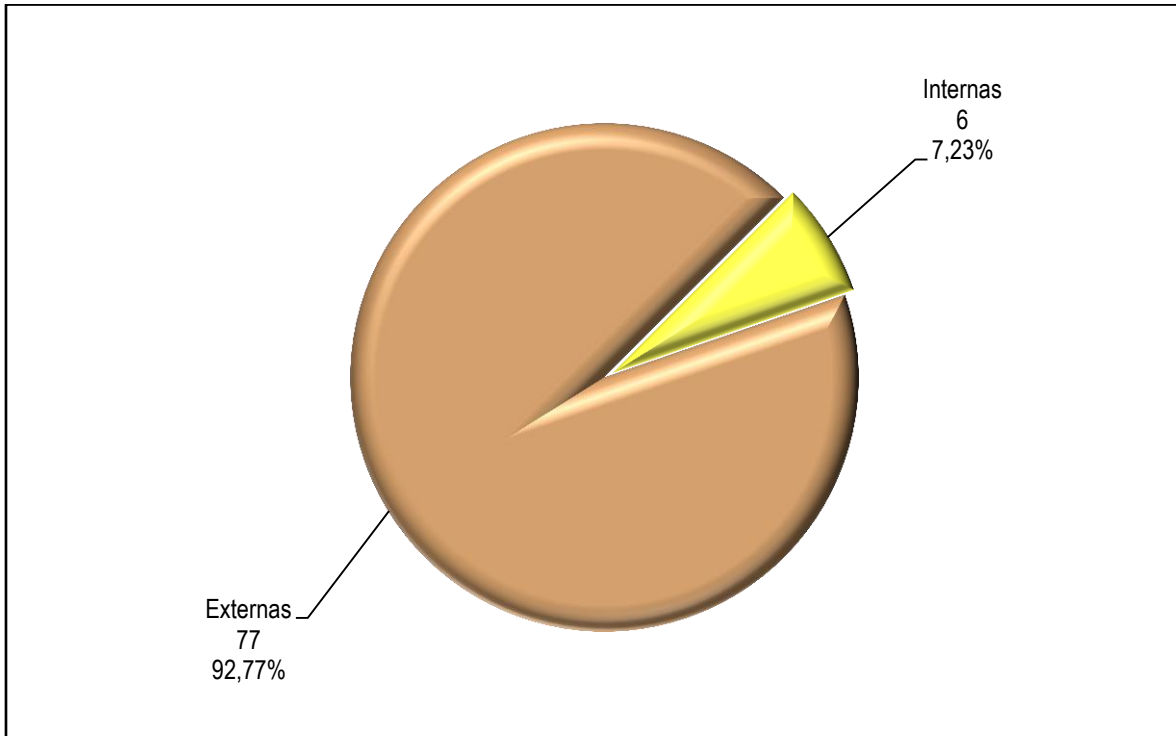
Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**GRÁFICO 10 - Assuntos Ouvidoria Interna**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**GRÁFICO 11 - Origem das Demandas**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

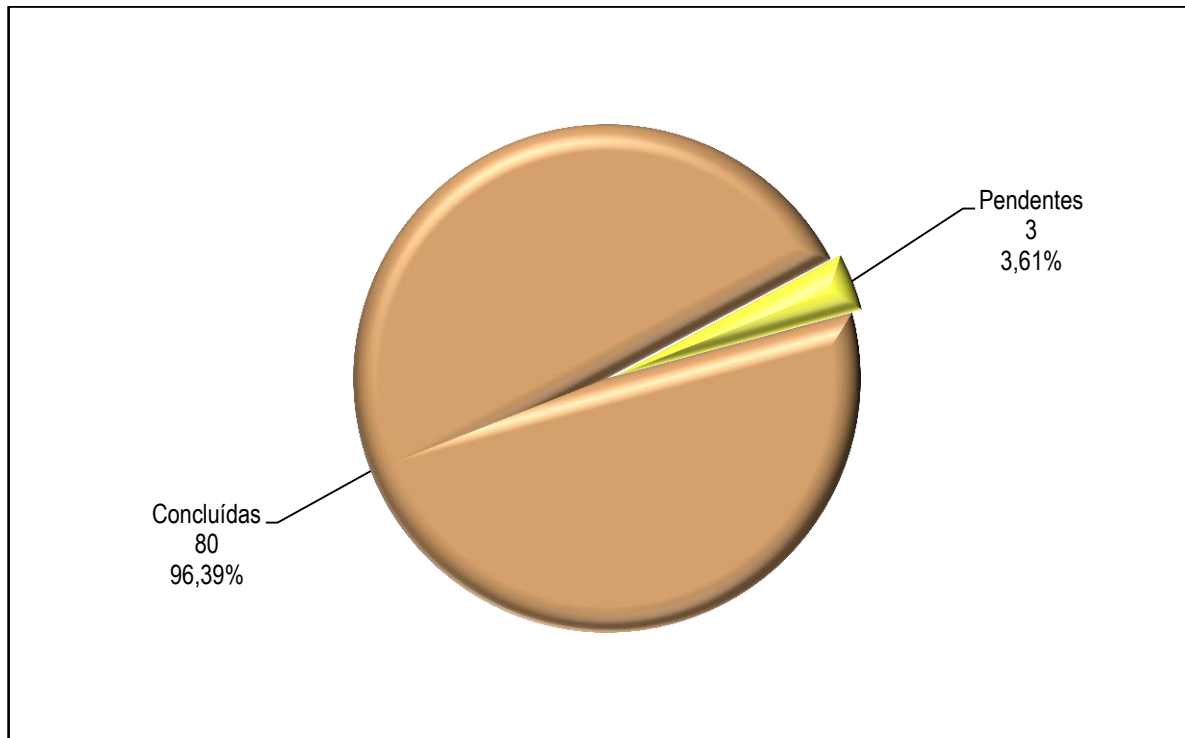
**TABELA 44 - Demandas Encaminhadas**

Unidades TC	Recebidas	Concluídas
Coordenadoria de Análise de Editais de Concursos Públicos e Atos de Pessoal	1	1
Diretoria de Comunicação	1	1
Diretoria de Administração	1	1
Diretoria de Segurança Institucional	3	2
Diretoria de Tecnologia da Informação	1	-
Diretoria de Controle Externo dos Municípios	11	11
Diretoria de Controle Externo do Estado	1	1
Diretoria de Gestão de Pessoas	1	1
Ouvidoria Geral do Estado	1	-
Ouvidoria (*)	62	62
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>80</b>

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

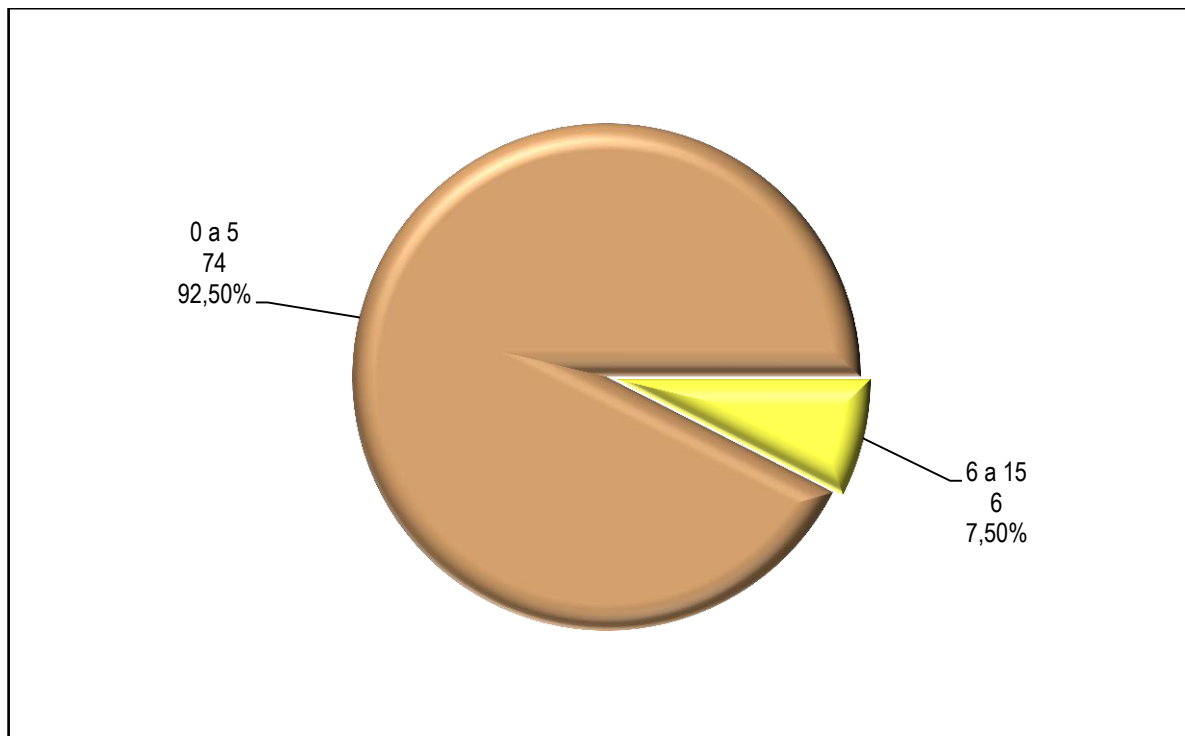
Nota: (\*) Respostas da Ouvidoria sem encaminhamento prévio para outras unidades.

**GRÁFICO 12 - Situação das Demandas**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

**GRÁFICO 13 - Tempo Total de Resposta (em dias úteis)**



Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - 1º Trimestre de 2014.

## **12 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As informações contidas neste relatório registram as atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas no primeiro trimestre de 2014. Tais informações propiciam a avaliação das atividades, da produtividade de diferentes setores que integram a estrutura organizacional da instituição, permitindo, dessa forma, o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.